



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

O Papel das Cidades Médias do Interior para o Desenvolvimento do Território: o Caso da Cidade da Covilhã

Mariana Mendes Vicente

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:

Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Auxiliar

Setembro, 2017

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo a análise do papel das cidades médias do interior para o desenvolvimento do território, utilizando a cidade da Covilhã como caso de estudo. Os territórios em estudo, predominantemente rurais, são apresentados em várias vertentes, permitindo a análise das suas características, os seus maiores problemas e as grandes tendências de desenvolvimento que se têm vindo a verificar nestes locais.

O papel das universidades nestes territórios é um dos temas de maior relevância, dada a sua capacidade de atração de população jovem e qualificada, de criação de empregos, e de potenciar a inovação em espaço rural.

A cidade da Covilhã apresenta-se como um local privilegiado para exemplificar este estudo, tratando-se de uma cidade de média dimensão, inserida numa zona de características predominantemente rurais que tem vindo ao longo do tempo a sofrer com o despovoamento e falta de investimento, e onde a presença de uma universidade tem constituído um fator de inovação e renovação que em muito contribui para o processo de desenvolvimento não só da cidade, mas do território.

De forma a analisar este caso, foram adotadas diversas abordagens metodológicas como inquéritos, entrevistas e observação participante, que permitiram a obtenção de dados quantitativos e qualitativos, referentes às maiores preocupações dos habitantes do local em estudo, as iniciativas de base local que têm surgido no território, e as perspetivas de futuro desta região.

Palavras-chave: Territórios Rurais, Desenvolvimento, Cidades Médias, Universidade, Covilhã

Abstract

The present work has the objective of analyzing the role of medium-sized cities of the interior for the development of the territory, using the city of Covilhã as a case study. The predominantly rural areas under study are presented in several areas, allowing the analysis of their characteristics, their major problems and the great development trends that have been verified in these places.

The role of universities in these territories is one of the most relevant issues, given their capacity to attract young and qualified people, creating jobs, and to foster innovation in rural areas.

The city of Covilhã presents itself as a privileged place to exemplify this study, being a medium-sized city, inserted in an area of predominantly rural characteristics that has been over time suffering from depopulation and lack of investment, and where the presence of a university has been a factor of innovation and renewal that in many ways contributes to the development process not only of the city, but of the territory.

In order to analyze this case, a number of methodological approaches such as surveys, interviews and participant observation were adopted, which enabled quantitative and qualitative data to be obtained referring to the major concerns of the inhabitants of the place under study, local-based initiatives that have emerged in the territory, and the future prospects of this region.

Keywords: Rural Territories, Development, Medium-sized Cities, University, Covilhã

Índice

I. Introdução	7
II. Enquadramento Teórico.....	11
2.1 Territórios Rurais	11
2.1.1 Potencial dos Territórios Rurais	17
2.2 Desenvolvimento do Território	25
2.3 O papel das Cidades Médias no Desenvolvimento do Território.....	29
2.3.1 O Papel das Universidades	34
III. Território e Desenvolvimento no Caso Português	37
3.1 O Caso Português	37
3.2 Coesão Territorial em Portugal	41
3.2.1 Políticas Públicas e Desenvolvimento do Território	43
IV. Metodologia	47
4.1 Estudo de Caso	47
4.2 Técnicas de Recolha de Informação.....	48
4.2.1 Observação Participante	49
4.2.2 Inquérito por Questionário	49
4.2.3 Entrevistas	50
4.3 Composição da Amostra	51
V. Estudo de Caso	53
5.1 Caracterização da Cidade da Covilhã.....	53
5.2 Análise e Discussão dos Resultados.....	57
5.2.1 A Evolução da Cidade.....	57
5.2.2 A Universidade na Cidade.....	59
5.2.3 O Papel da Cidade no Território.....	62
5.2.4 Visões Sobre o Futuro da Cidade	64
VI. Conclusão.....	67
Bibliografia.....	71
Anexos.....	79

Índice de Quadros

Quadro 2.1: Fatores que contribuíram para o aumento da competitividade das cidades da Beira Interior	36
--	----

Índice de Figuras

Figura 2.1: Ciclo de declínio das regiões rurais	15
Figura 2.2: Estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural	22
Figura 2.3: Dormidas nos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural.....	23
Figura 2.4: Etapas de desenvolvimento do turismo rural cultural	23
Figura 2.5: O papel da universidade nas estratégias de desenvolvimento regional.....	35
Figura 3.1: Tipos de rural	39
Figura 3.2: Tendências demográficas	40
Figura 3.3: Índice de dependência de idosos	40
Figura 3.4: Taxa de abandono escolar	42
Figura 3.5: População com ensino superior e taxa de analfabetismo	42
Figura 3.6: Execução dos cinco eixos do PNPCT	45
Figura 4.1: Idade dos alunos inquiridos.....	51
Figura 4.2: Curso frequentado pelos alunos inquiridos	52
Figura 5.1: População residente.....	53
Figura 5.2: Densidade Populacional	53
Figura 5.3: Índice de dependência de idosos	54
Figura 5.4: Índice de dependência de jovens.....	54
Figura 5.5: Taxa bruta de natalidade	54
Figura 5.6: Saldo natural	55
Figura 5.7: Saldo migratório.....	55
Figura 5.8: Proveniência dos alunos.....	59
Figura 5.9: Motivos de escolha da UBI.....	60
Figura 5.10: Satisfação com os serviços da cidade.....	60
Figura 5.11: Referências da cidade.....	61
Figura 5.12: Opinião relativamente à universidade	62
Figura 5.13: Intenção de continuar a residir na Covilhã.....	64
Figura 5.14: Motivos que sustentam a decisão de não continuar a residir na Covilhã.....	65
Figura 5.15: Motivos que sustentam a decisão de continuar a residir na Covilhã	65

I. Introdução

O presente trabalho intitula-se “O papel das cidades médias do interior para o desenvolvimento do território: O caso da cidade da Covilhã”, e pretende discutir de que forma as cidades de média dimensão podem ter um impacto relevante no desenvolvimento dos territórios rurais onde estão inseridas.

Através da análise de diversos locais do mundo que apresentam características semelhantes, assim como do estudo de caso focado na cidade da Covilhã, será possível perceber a importância das cidades médias em termos de oportunidades e de iniciativas que procuram a inversão das tendências atuais de despovoamento e abandono.

A pertinência deste tema justifica-se precisamente por esta tendência de subdesenvolvimento dos territórios rurais comparativamente com os centros urbanos. A necessidade de encontrar soluções e iniciativas válidas que permitam fixar população qualificada e gerar empregos nestes locais é evidente, e a procura da coesão territorial deve ser reforçada, de modo a que seja possível alcançar um nível de desenvolvimento desejado.

Para além da pertinência do tema face à necessidade de coesão e de desenvolvimento, este possui também um papel relevante em termos sociais, uma vez que as populações do mundo rural podem muitas vezes sentir-se esquecidas por parte dos governantes e do Estado, cuja ação é frequentemente insuficiente, sendo cada vez mais suplantada pelas iniciativas de animação territorial e pelas associações locais.

Com o enorme êxodo rural que tem vindo a existir de forma relativamente constante ao longo de um passado recente, primeiro nos países ditos desenvolvidos, e seguidamente nos países em vias de desenvolvimento, o número de indivíduos que se concentram nas áreas urbanas tem sofrido um aumento exponencial, deixando muitos territórios rurais ao abandono.

O despovoamento, a falta de indivíduos qualificados, de políticas adequadas, e até mesmo o desinteresse dos governantes, tem vindo a condicionar de forma clara o desenvolvimento das áreas rurais, existindo uma total ausência de coesão territorial entre os centros urbanos, onde a inovação surge continuamente, e os territórios rurais, marginalizados.

As cidades médias funcionam como um polos de inovação e desenvolvimento - apesar de não possuírem os recursos dos grandes centros urbanos, possuem uma vasta capacidade de

mudança e de ação para o desenvolvimento dos seus territórios adjacentes. O investimento nas cidades médias é muitas vezes o investimento em toda a região onde estão inseridas, e o desenvolvimento das mesmas, é muitas vezes o ponto de partida para o desenvolvimento dos territórios que as rodeiam.

É portanto importante perceber qual a melhor forma de desenvolver as cidades médias, para que estas se possam tornar por sua vez agentes de desenvolvimento no território. A presença de instituições de ensino superior nestes meios urbanos de média dimensão é uma das dimensões em estudo, sendo que estes polos de conhecimento representam uma importância crucial nos processos de inovação e de desenvolvimento económico, entre outros.

Através da análise do estudo de caso, que reúne fatores já mencionados, como a sua localização, a sua dimensão, e a presença de uma universidade, deverá ser um auxílio importante na tentativa de perceber de que forma pode ser impulsionado o desenvolvimento em meio rural e a coesão territorial.

As conclusões que resultam do estudo desta problemática procuram responder à seguinte questão: De que forma contribuem as cidades médias para o desenvolvimento do território rural?

Existem três conceitos fundamentais no objetivo geral deste trabalho, as cidades médias, o desenvolvimento, e os territórios rurais.

As cidades médias não possuem uma definição exata, uma vez que a sua caracterização pode ser feita através de diversos indicadores que variam consoante o país onde se inserem, habitualmente ligados a critérios demográficos como a densidade populacional. Estas são um fator decisivo no desenvolvimento regional, aliando a sua capacidade de atrair população à valorização do potencial endógeno dos territórios.

Por sua vez, o conceito de desenvolvimento foi alvo de inúmeras alterações ao longo dos anos, passando de uma versão totalmente economicista, onde o poderio económico e a industrialização eram sinónimos de desenvolvimento, para um conceito mais abstrato que dada a sua complexidade foi alvo de diversas divisões, dando origem a novos conceitos como o de desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento local, ambos com extrema relevância no contexto em estudo. Para além da evolução do conceito, surgem ainda conceitos alternativos, que podem apresentar uma visão mais ligada aos territórios rurais, e que promove o seu desenvolvimento de uma forma mais adequada à sua realidade.

Os territórios rurais não possuem também um conceito único. A densidade populacional ou a percentagem de indivíduos ligados à atividade agrícola são alguns dos fatores que podem definir um território como sendo rural, mas estes indicadores variam conforme os locais em estudo. Para além dos indicadores tradicionais, os territórios rurais são habitualmente dotados de um estilo de vida particular, que os transformam em espaços atrativos, cujas potencialidades podem ser exploradas de forma sustentável e utilizadas como motores de desenvolvimento.

Relativamente à estrutura do presente trabalho, o segundo capítulo apresenta um enquadramento teórico dos vários assuntos em estudo, apresentando a evolução dos conceitos, assim como informação e exemplos relevantes relativamente aos territórios rurais e potencial de desenvolvimento.

O terceiro capítulo foca-se no contexto nacional, apresentando uma abordagem aos diferentes tipos de territórios rurais em Portugal, com as suas diversas potencialidades e os problemas mais relevantes destas áreas. Após esta contextualização, surge a problemática da coesão territorial em Portugal, seguindo-se uma breve análise dos órgãos de governação mais relevantes para este tema, assim como de algumas políticas públicas, em especial o Programa Nacional para a Coesão Territorial.

O quarto capítulo é dedicado à metodologia, e aí são apresentadas as técnicas de recolha de informação utilizadas no estudo de caso.

O quinto capítulo apresenta o estudo de caso, inicialmente com uma caracterização da cidade e do município da Covilhã, seguindo-se uma descrição das tendências de evolução num passado recente e também de algumas estratégias para o futuro. Após a apresentação da cidade, são apresentados e analisados os resultados obtidos no terreno, junto dos alunos e professores da Universidade da Beira Interior, da população local e dos órgãos de governação local.

O sexto capítulo é dedicado à conclusão, onde são respondidas as perguntas de partida, e apresentados os ensinamentos que foram aprendidos durante o processo de elaboração do trabalho, as limitações do mesmo e as perspetivas de futuro em termos de investigação da temática do presente trabalho.

II. Enquadramento Teórico

2.1 Territórios Rurais

Os territórios rurais nem sempre são de fácil definição. A dificuldade em delimitar e colocar num espaço teórico uma definição tão ampla levou a que durante dezenas de anos os investigadores destas matérias se debatessem pela definição mais correta e concreta. Assim, é normalmente através da constituição de características chave que os teóricos identificam um espaço rural. Ferrão (2000) considera como principais características destes locais a sua função produtiva, o predomínio da agricultura como principal atividade, o modo de vida da população residente, e o equilíbrio da paisagem, dividida entre a natureza e as atividades humanas. Paulo Pedroso (1998) salientava na década de 90, três características fundamentais dos espaços rurais: a baixa densidade populacional, a dependência económica dos habitantes com base nos recursos naturais, e a interdependência nas relações entre os locais e com a natureza.

“Ao contrário do que nos ensinaram, durante muitas décadas, nas escolas do pensamento dominante, a ruralidade não está definitivamente ultrapassada. Doravante, a ruralidade é um modo de vida, em simbiose com a natureza, não um modelo exclusivo de produção. Deixou de estar reportada a um sistema produtivo, converteu-se num modo cultural por excelência. Estamos paulatinamente, mas seguramente, a passar da agricultura para a agro-cultura. A ruralidade da segunda modernidade será uma nova inspiração e um novo começo. A Terra agradece.” (Covas, 2016: 279)

Mais recentemente, a OCDE (2015) procura classificar os territórios rurais a partir da densidade populacional, da localização dos principais centros urbanos e também dos fluxos de viagens entre casa e trabalho. A partir desta classificação, os territórios rurais podem então ser divididos entre territórios próximos de centros urbanos, ou territórios remotos. Segundo esta classificação, a população residente em territórios rurais na OCDE está maioritariamente concentrada em territórios rurais próximos de centros urbanos (80%), mas existe ainda uma percentagem relevante da população que reside em territórios rurais isolados (20%).

A população que reside em territórios rurais na OCDE representa aproximadamente um quarto de toda a população, sendo que as zonas próximas de centros urbanos têm vindo a ganhar cada vez mais população comparativamente com as áreas urbanas, ao contrário dos territórios rurais mais remotos, que tendem a perder população.

No estudo “Rural, Agriculturas e Políticas”, Rolo e Cordovil referem que o rural não tem uma definição “objetiva e inequívoca”, e estabelecem três dimensões fulcrais para a possível delimitação e observação dos territórios rurais: *“organização do povoamento e dos espaços residenciais; atividades das pessoas; ordenamento e uso do espaço biofísico envolvente.”* (Cabral Rolo e Cordovil, 2014:9). Os autores referem ainda que os espaços populacionais característicos destes territórios são condição primordial para o estabelecimento e identificação de um espaço rural.

A noção mais segura e distinta de território rural passa pelo contrário de espaço urbano. O polo oposto do meio rural é o que permite identificá-lo tal como é e estabelecer uma lógica contrária de conceitos. Desta forma, a ideia conceptual de rural baseia-se em tudo o que não é urbano (Pinto, 2011).

É importante notar que o conceito de território rural sofreu uma mutação ao longo dos anos, como vamos perceber nos capítulos seguintes. O rural esteve durante muito tempo associado a características negativas e que assumiam um estigma claro em territórios e regiões de âmbito rural. Sousa (2007) refere que a dinâmica rural estava ligada a um estado de subdesenvolvimento e obsolescência de uma sociedade. Salaria ainda que um território rural era um estágio inicial para o que haveria de ser um território urbano, visto como sendo o modelo que todas as sociedades deveriam seguir.

Atualmente o que caracterizava os territórios rurais continua presente nos mesmos, mas algumas destas características tradicionais tendem a esbater-se à medida que estes espaços se tornam locais de novas oportunidades em diversos setores, não só da agricultura, como do turismo, da cultura, do desporto, entre muitos outros.

Anteriormente vistos quase exclusivamente como locais de prática de agricultura, os territórios rurais têm sido objeto de enormes mudanças que resultam em algumas situações numa ausência de desenvolvimento e por vezes em processos de total abandono dos mesmos.

Este abandono da população contribui de forma muito negativa para o tão necessário desenvolvimento destes territórios, fazendo com que muitos deles se isolem e se tornem totalmente dependentes dos territórios urbanos mais próximos, perdendo a sua capacidade de produção, de inovação, e de atrair população.

Assim, torna-se imperativo descobrir quais serão as novas funcionalidades dos territórios rurais, de modo a que não continuem a ser vistos apenas como locais desertificados, com populações extremamente envelhecidas, e sem perspectivas de futuro.

Marques (2003), resume algumas destas funções, maioritariamente associadas à função residencial. Não só as cidades começavam já na década passada a apresentar sinais de saturação, o que em conjunto com a melhoria das acessibilidades pode levar à preferência de residir em espaços rurais e trabalhar nas cidades, como também começava a surgir uma mudança de consciência junto das populações mais instruídas, que procuravam um regresso aos campos, e até mesmo à agricultura, como forma de lazer.

A crescente diminuição dos espaços verdes, ar puro e sossego nas áreas urbanas leva a um aumento tendencial do interesse pelas áreas rurais, ainda que sejam apenas locais de passagem, utilizados para descontrair até ao regresso ao reboliço das cidades.

Numa altura em que a produção agrícola já não muitas vezes é a principal função dos territórios rurais, é essencial valorizar os recursos endógenos destes locais, de modo a aumentar a procura dos mesmos, tornando-se eles próprios num produto que atrai os consumidores das zonas urbanas (ESPON, 2006).

Ainda assim, esta valorização dos recursos dos territórios rurais não representa uma verdadeira solução para o futuro, uma vez que pretende aumentar o potencial turístico das regiões mais despovoadas, mas não representa necessariamente a fixação de população e a revitalização destes espaços.

A criação de valor para além do potencial agrícola é portanto um dos importantes desafios do mundo rural. A multifuncionalidade dos territórios permite que os mesmos sejam espaços de empreendedorismo e de inovação, acelerando a revitalização destes locais e contrariando as tendências de abandono e de esquecimento dos territórios rurais.

Os exemplos de inovação e de empreendedorismo obtêm muitas vezes grandes resultados, e têm tendencialmente um ponto em comum entre todos eles – tratam-se de iniciativas que

surgem no mundo rural. A grande maioria das discussões em torno do futuro dos espaços rurais desencadeiam-se em meio urbano, e são levadas a cabo por residentes de cidades, muitas vezes sem noções mínimas da realidade que pretendem influenciar, dando origem a projetos ineficazes e desperdício de fundos essenciais.

Uma das principais características dos territórios rurais é precisamente o forte sentimento de pertença das suas populações. Contrariamente às cidades, estes locais despertam uma ligação entre o território e aqueles que nele habitam, desencadeando assim, com mais facilidade, processos que pretendem melhorar e preservar o mesmo, graças à disponibilidade e voluntarismo da população, dando origem a muitos dos projetos que têm de alguma forma sido bem-sucedidos.

O desenvolvimento futuro dos territórios rurais passa assim essencialmente pela valorização das amenidades já existentes, a criação de condições favoráveis a fixação de novas empresas e a disponibilização de serviços (Neto e Natário, 2009). A criação destas condições poderá levar necessariamente à atração de investimento, de onde resultam novos postos de trabalho e possível fixação de população. Condições essenciais para a dinamização e desenvolvimento dos territórios rurais.

As políticas de desenvolvimento rural têm tido uma importância crescente à medida que os governos se deparam com problemas graves de falta de coesão territorial, o desperdício de potencial económico destas regiões, e o consequente entrave ao desenvolvimento dos países como um todo (OCDE, 2006).

Este desenvolvimento passa principalmente pelo aumento da qualidade de vida das populações (Carvalho, 2003), sendo os territórios rurais espaços privilegiados para a obtenção da mesma.

Segundo a OCDE (2006), os territórios rurais não são sinónimo de declínio. Dentro do mundo rural existem alguns dos locais com maiores taxas de empregabilidade, com forte atividade industrial, e graças à melhoria das acessibilidades, são hoje inúmeros os cidadãos que escolhem viver no rural enquanto trabalham nas cidades, travando o êxodo rural que durante décadas persistiu.

No entanto, é apresentada a sucessão de fatores que mais contribui para o declínio das sociedades rurais, e os seus quatro pilares: baixas densidades populacionais, inexistência de

massa crítica para os serviços e infraestruturas, baixos níveis de criação económica e poucos empregos.

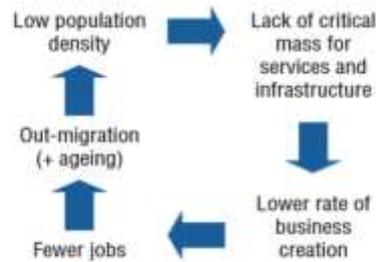


Figura 2.1: Ciclo de declínio das regiões rurais
Fonte: OCDE. 2006

Ainda no relatório da OCDE (2006) é possível perceber que apesar das enormes disparidades entre territórios e entre o potencial de cada um deles, os subsídios continuam a surgir apenas associados na sua maioria à agricultura, muitas vezes favorecendo apenas as grandes explorações, que dificilmente poderão contribuir para o aumento da população residente e consequente desenvolvimento.

Cada região deverá assim ser alvo de planos feitos à sua medida, de modo a que possam beneficiar de fundos ajustados às suas necessidades reais, ao invés de programas *one size fits all*, que acabam por não atingir os objetivos propostos e não contribuem para o desenvolvimento real.

Os Países Baixos apresentam um dos melhores exemplos relativamente às suas políticas para o espaço rural. Sendo um país com uma densidade populacional particularmente elevada mas também com uma grande variedade de atividades económicas ligadas diretamente aos espaços rurais, o governo apostou desde 2004 numa política de base nacional, mas concedendo o poder de decisão ao nível regional, de modo que cada região do país possa assim atuar e gastar os seus fundos naquilo que efetivamente necessitam, ao invés de uma política centralizada que não possui a capacidade de chegar à verdadeira realidade de todo o território.

O Reino Unido seguiu o mesmo caminho, aumentando a flexibilidade da forma como os recursos são distribuídos, e inculcando a responsabilidade da aplicação dos mesmos a órgãos locais, altamente integrados nos territórios em causa.

Nas regiões rurais consideradas marginalizadas do México, o desenvolvimento rural assume um papel altamente participativo que procura integrar todos os atores locais através de centros estratégicos que gerem todos os processos. O modelo com especial ênfase na participação é também adotado na Alemanha, através da seleção de áreas específicas que possam servir de alavanca para o desenvolvimento do restante território.

A OCDE refere ainda as políticas de desenvolvimento rural do Canadá, as quais são focadas particularmente em abordagens *bottom-up* que resultem no dinamismo da economia em território rural, e também o caso da Finlândia, cujos programas começaram no início da década de 1990, que incluem medidas gerais integradas nos planos de desenvolvimento nacionais, assim como medidas concretas desenhadas especificamente para o mundo rural.

Na União Europeia surge desde 1991 a iniciativa LEADER, tornando-se num dos mais conhecidos programas cujo objetivo passa especificamente pelo desenvolvimento dos territórios rurais. Os seus resultados são muitas vezes tidos como um exemplo de boas práticas, tendo em conta as limitações quanto aos fundos disponíveis.

O método do LEADER pretendia iniciar a cooperação entre a administração pública e parceiros do setor privado. Este envolvimento do setor privado cria automaticamente uma motivação particular quanto ao sucesso dos projetos, de onde surgem resultados amplamente positivos, contrariamente ao que acontece frequentemente quando estes são apenas suportados pelos órgãos de governação local, os quais muitas vezes não sentem a necessária responsabilização pelas suas ações.

O programa possui cinco eixos estruturais na sua aplicação: a competição, uma abordagem *bottom-up*, uma estratégia integrada, parcerias e a construção e partilha de capacidades e informação. A conjugação destes fatores é o principal motivo de sucesso em muitas das iniciativas de base local.

Associado a estes métodos de implementação é necessária a existência de uma estratégia de monitorização e avaliação constante que não pretenda apenas cumprir objetivos para a obtenção de fundos, mas ser verdadeiramente um método que permita encontrar problemas e as soluções mais adequadas para lidar com os mesmos, assegurando a sustentabilidade dos programas.

De facto, a avaliação não deve surgir apenas durante e após a implementação de programas, mas também antes mesmo do seu planeamento. É através de uma avaliação rigorosa que é

possível perceber que locais e património que tem a possibilidade de se tornar em atrações turísticas, os produtos regionais que podem vir a ser geradores de riqueza, entre outros (Barca, 2006).

2.1.1 Potencial dos Territórios Rurais

Os territórios rurais possuem à partida uma vantagem comparativa face aos territórios urbanos. Ao seu património edificado e aos seus serviços, juntam-se também as potencialidades naturais, fator diferenciador e promotor de desenvolvimento (Santos e Cunha, 2007).

Uma das oportunidades mais relevantes no espaço rural é o turismo, sendo uma das atividades em maior crescimento, com um número cada vez maior de alojamentos turísticos com as mais diversas características a surgir em locais anteriormente abandonados ou com fracas perspectivas de futuro. Mas nem só de alojamentos turísticos vive o desenvolvimento destas áreas, e as atividades existentes devem constituir necessariamente um fator diferenciador e com capacidade para atrair investimento e população.

A exploração do património natural e da fauna, entre outros, devem beneficiar de uma abordagem local e sustentável, de forma a não esgotar os recursos que poderão trazer riqueza a estes locais. Sendo a sustentabilidade e a resiliência alguns dos grandes temas da atualidade, os projetos que ganham vida nestes locais devem necessariamente estar assentes nestes princípios e assegurar a sua intervenção positiva nestes espaços, contrariamente ao que acontece com os grandes projetos turísticos, altamente destrutivos para o meio onde são implementados.

A requalificação dos antigos locais termais é uma das apostas que parece possuir um efeito muito positivo nos territórios do interior. O turismo de saúde associado às termas está hoje em dia associado quase exclusivamente a uma população idosa e não apresenta capacidade para atrair outros setores da população, de modo que a sua revitalização e transformação em espaços não só de saúde mas de lazer, aproveitando as históricas infraestruturas e recursos naturais para a dinamização de *spas* torna-se numa importante alternativa para o desenvolvimento destes espaços.

Outra das potencialidades existentes nos territórios do interior que começa agora a ser explorada de forma mais intensiva são as suas praias fluviais, locais ideais para quem procura escapar às enchentes das praias do litoral, ou procura alternativas para o calor intenso que se faz sentir no interior durante os meses de verão.

São estas amenidades rurais que são essencialmente fatores diferenciadores do território e que lhes conferem um potencial diferenciado de outros locais, sendo portanto auxiliares de desenvolvimento. Segundo Covas (1999) existem dois grandes tipos de amenidades rurais: as amenidades naturais, como uma serra, e as amenidades humanizadas, como uma zona de caça.

“Uma amenidade rural, como a própria expressão indica, é um benefício ou uma dádiva da natureza, um ativo patrimonial, natural e cultural, com um valor potencial muito superior ao seu valor «observável». Se quisermos, um valor superior ao presumível valor de mercado. A amenidade rural é uma realidade dinâmica e as suas fronteiras reportam-se a uma tripla conotação: territorial, biológica, cultural.” (Covas, 1999: 19).

Estes pequenos pontos de interesse são muitas vezes fatores decisivos na escolha destas áreas para passar férias, investir em negócios, ou até mesmo para viver. Deste modo, qualquer investimento local, público ou privado, pode ter consequências muito positivas no território, motivo pelo qual as autarquias locais procuram dinamizar projetos e fazer destes o cartão-de-visita para as suas regiões.

Estes pequenos projetos de dinamização territorial podem ter vários efeitos no território. Não só atraem investimento e dinamizam a economia local como podem ser especialmente relevantes para a autoestima da população (Carvalho, 2003). O apreço renovado pelo local onde habitam é muitas vezes um fator impulsionador de novas ideias e novas dinâmicas, sendo portanto um dos pontos mais relevantes nos processos de desenvolvimento.

Num momento em que o desenvolvimento participativo parece ser encarado por todos como o verdadeiro caminho a seguir, será impossível impulsionar o desenvolvimento das potencialidades do mundo rural sem este envolvimento da população local, que concentra em si grande parte do conhecimento autóctone que permite a concretização de novos projetos e a abertura de novas oportunidades.

De facto, grande parte do desenvolvimento associado atualmente às zonas rurais provém da capacidade dos seus habitantes de fazer uso da multifuncionalidade dos mesmos e de inovar com os recursos de que dispõem. A agricultura em particular perdeu grande parte do seu

caracter meramente produtivo, mas possui agora um novo papel na procura da preservação da cultura e das tradições locais (Galvão e Vareta, 2010).

A inovação em espaço rural deve ter e atenção quatro tipos distintos de economias: a economia da produção, a economia da conservação, a economia da recreação e a economia da solidariedade. Através desta aposta na produção alimentar e não-alimentar, conservação de recursos, promoção do turismo e lazer, e melhoria das condições de vida, dá-se a criação de uma ligação que é decisiva para a sustentabilidade, para a autonomia e a para a inovação nestes espaços. (Covas, 2007)

Um dos grandes problemas limitadores da ruralidade consistia na distância geográfica para os espaços urbanos. Hoje em dia o mundo é uma aldeia global, e naturalmente os espaços ficaram mais próximos. A sociedade de informação aliada à tecnologia que hoje predomina em qualquer espaço permite que qualquer indivíduo, empresa ou associação esteja perto de tudo o que os rodeia. A implementação de bons serviços de internet nas regiões rurais permite reduzir o fosso digital e dinamizar todo o potencial destes territórios em todo o mundo. (Armas e Macía, 2015).

É portanto importante perceber quais são os fatores que limitavam e continuam a limitar as potencialidades dos territórios rurais, de forma a perceber quais os problemas que devem ser resolvidos, e quais os fatores que podem contribuir para o seu desenvolvimento. No texto “Desenvolvimento rural: um futuro promissor – Uma Carta de Princípios e um Centro de Desenvolvimento Rural para o Interior do Algarve”, Covas (2005) aponta 10 fatores que bloqueiam o desenvolvimento rural e 10 fatores que o favorecem.

Relativamente aos fatores que funcionam como forma de bloqueio ao desenvolvimento rural, alguns destes merecem especial destaque no contexto nacional:

- a) As prioridades em termos políticos raramente incidem sobre as questões do desenvolvimento rural. As áreas rurais, locais de baixa densidade populacional, não apresentam vantagens políticas, sendo portanto facilmente esquecidas;
- b) O fraco interesse por parte do Estado na criação de um banco de solos que permitisse a entrada de novos agricultores no setor, rejuvenescendo territórios e facilitando a inovação;

- c) A falta de empreendedorismo no setor da agricultura, devido à falta de capital intelectual. Apesar de existir um número cada vez maior de indivíduos altamente qualificados que se dedicam ao setor agrícola e ao mundo rural, existem ainda fortes lacunas comparativamente com outros setores de atividade;
- d) A ausência de incentivos ao investimento nas zonas rurais e nas atividades agrícolas e agroindustriais;
- e) A falta de formação cuja especialização seja o empreendedorismo em espaço rural, que dadas as suas especificidades carece de uma abordagem diferenciada face ao empreendedorismo no seu todo;
- f) Por fim, a ausência de literatura científica e exemplos relevantes de boas práticas de desenvolvimento rural, de criação de produtos e de empreendedorismo nestes locais.

Por outro lado, existem também fatores relevantes que favorecem o desenvolvimento rural, destacando-se os seguintes:

- a) As acessibilidades têm sofrido uma grande melhoria, aumentando a mobilidade em todo o país e facilitando as deslocações e ligando o mundo rural ao mundo urbano;
- b) Através do aumento do nível de vida das populações em áreas rurais, aumenta a possibilidade de aparecimento de empreendedores com qualidade, que apostam na inovação e em iniciativas relevantes para o desenvolvimento rural;
- c) A desconcentração e descentralização, ainda que não muito evidente, aumentam o número de serviços e equipamentos nas cidades médias do interior, sendo estas os principais motores de desenvolvimento dos territórios onde se inserem;
- d) A valorização da segurança, da liberdade, e de um modo de vida mais tranquilo que está associado ao mundo rural funciona como fator de atração de população;
- e) A facilidade de conciliação de diversas atividades em espaço rural, dada a existência de maior flexibilidade nos horários laborais;
- f) A aceitação e o valor das amenidades e produtos dos espaços rurais têm vindo a crescer, criando uma maior procura pelos mesmos, e atraindo população e investimento, pontos fulcrais para o desenvolvimento rural (Covas, 2005).

Os territórios rurais são portanto espaços de enorme potencial, o qual não pode nunca ser descurado, nem visto como menos relevante face às potencialidades dos centros urbanos. A animação territorial e a valorização do potencial endógeno são os grandes caminhos para o desenvolvimento destes territórios de extrema riqueza.

De facto, o interesse pelo mundo rural que anteriormente só era encontrado junto das elites, passou a fazer parte da realidade do público em geral (Silva e Figueiredo, 2013). A ideia de ruralidade passa a estar representada nos meios de comunicação e existe uma facilidade crescente no contacto com estes locais que procuram atrair turistas, e possivelmente transformá-los em residentes.

A paisagem, a fauna, ou a cultura gastronómica destes locais são muitas vezes fatores decisivos nesta atração de população, de modo que a sua exploração sustentada pode ser a chave para o futuro nestas áreas.

O futuro das áreas rurais já foi definido como inexistente. A hipótese da total urbanização e consequente desaparecimento do rural proposta por Henri Lefebvre em 1970 deixava antever que num futuro próximo o papel dos territórios rurais não teria qualquer relevância na sociedade. Mais de quatro décadas depois, esta hipótese cai por terra, com o aparecimento de mais e melhores motivos para a regeneração destes espaços (Veiga, 2007).

Afastada a hipótese de desaparecimento total do rural, surgem naturalmente preocupações face ao seu desenvolvimento e à sustentabilidade destes locais num mundo em constante mudança. Abramovay e Filho (2004) referem aquilo a que chamaram de “Contratos de Desenvolvimento” – estes pretendem ser uma forma de organização intermédia que resulta na criação de novas relações entre o Estado e os atores locais, com a real participação de ambos na definição de projetos estratégicos. Os autores defendem ainda a extrema importância das cidades médias como promotoras destes projetos e do desenvolvimento nas áreas rurais adjacentes, neste caso incorporadas na realidade do território brasileiro, cuja vasta extensão dificulta este processo.

A atribuição de fundos para projetos de desenvolvimento rural também é uma das questões mais pertinentes para o futuro destas áreas. A aposta na atribuição de maiores fundos aos territórios com os projetos mais inovadores e que apresentem maior criação de valor parece ser uma alternativa mais viável à simples distribuição de fundos semelhantes, sendo que em muitos casos estes não são usados de forma útil ou inovadora (Favareto, 2010).

O *timing* das políticas para o mundo rural também é um dos fatores do qual pode depender o sucesso das mesmas. Os órgãos governativos procuram atingir resultados positivos em períodos de tempo inalcançáveis, em particular quando se trata de uma realidade com tendência a mover-se a um ritmo diferente do das áreas urbanas, pondo assim em causa o

sucesso dos projetos aos quais não foi dado o tempo suficiente para que possam triunfar (Figueiredo, 2003).

A principal limitação que os territórios rurais terão que enfrentar no futuro próximo trata-se do fenómeno crescente do despovoamento. Os mais recentes estudos de evolução de população não deixam antever uma tendência positiva, e alterar esta mesma tendência deverá ser o grande desafio das próximas décadas.

Ao contrário das tendências de crescimento da população na UE-25 que previam um aumento significativo até 2030, as tendências de evolução da população rural seguem a tendência oposta, com uma significativa diminuição ao longo dos anos (Westhoek *et al.*, 2006).

O mais promissor setor de atividade em âmbito rural atualmente é certamente o setor do turismo. O turismo rural tem vindo a crescer consideravelmente, e são cada vez mais as pessoas que optam por locais com uma riqueza de património natural que se destaca, e que possuem a capacidade de abstração do mundo frenético das áreas urbanas.

O número de estabelecimentos de turismo de habitação e turismo no espaço rural passou de 103 estabelecimentos em 1984 para 1298 estabelecimentos em 2015, e o número de dormidas nestes mesmos estabelecimentos passou de 31,9 mil para 1272,3 mil nos mesmos anos. Aumentos consideráveis que demonstram a importância do turismo rural em Portugal, sendo o setor do turismo atualmente um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento a nível nacional.



Figura 2.2: Estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural
Fonte: Pordata, 2017a

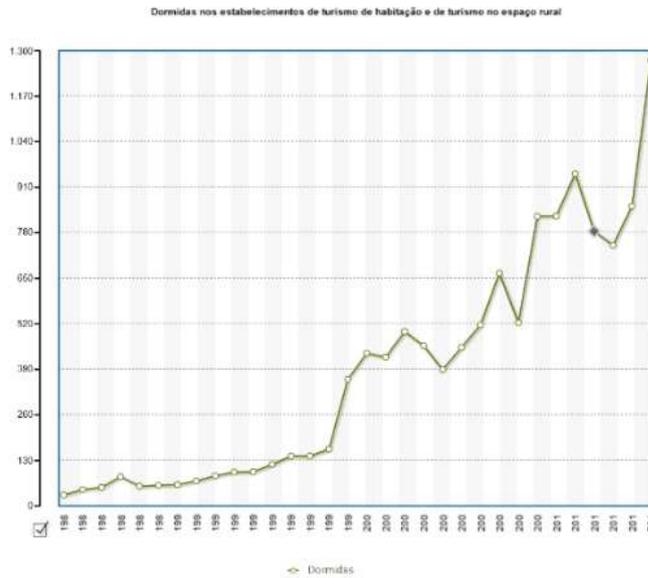


Figura 2.3: Dormidas nos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural
Fonte: Pordata, 2017b

O capital social e o património cultural dos territórios rurais são os mais importantes fatores na criação de produtos turísticos com forte capacidade de atração (Garrod *et al.*, 2006). Deste modo, é nestes que se deve centrar o investimento e as parcerias que procuram o aumento do turismo não devem nunca deixar de parte estes recursos locais.

MacDonald e Jolliffe (2003) apresentam quatro etapas para o desenvolvimento do turismo rural com base na cultura dos territórios. Sendo a quarta etapa o objetivo máximo do turismo e espaço rural, garantindo a sua sustentabilidade e o pleno desenvolvimento nestes locais.

Stage 1.	A few residents recognize opportunities and integrate tourism resources into socioeconomic planning
Stage 2.	Community groups plan and implement tourism strategies as part of economic development
Stage 3.	Developing community partnerships and a formal tourism body help to turn plans into enduring attractions
Stage 4.	Fully centralized, cooperative, and long-term planning and marketing of tourism occurs

Figura 2.4: Etapas de desenvolvimento do turismo rural cultural
Fonte: MacDonald e Jolliffe, 2003

A cooperação entre os agentes de turismo rural é fundamental para o seu sucesso, mas existem também alguns fatores de importância primordial. Wilson *et al.* (2001), descrevem os mais relevantes fatores como sendo – a existência de um ‘pacote turístico’ completo, uma boa liderança, a participação e o apoio dos órgãos de governação local, a existência de fundos suficientes para o desenvolvimento do turismo, planeamento estratégico, cooperação e coordenação entre os empreendedores e o governo local, existência de suficiente informação e apoio técnico para a promoção e o desenvolvimento do turismo, existência de postos de turismo, e o apoio da comunidade.

O primeiro fator descrito é precisamente um dos possíveis pontos de diferenciação face ao turismo urbano. O turismo nas grandes cidades é muitas vezes caracterizado pela visita fugaz a um certo ponto de interesse, e nada mais. Através da existência de um pacote completo de locais e atividades que permitam aos turistas despende mais tempo e mais dinheiro numa região, esta transforma-se num verdadeiro destino, e não apenas num ponto de passagem, aumentando em grande medida a quantidade de fundos que ficam no local, e acelerando o processo de desenvolvimento do mesmo.

O turismo é atualmente visto como a última tábua de salvação do mundo rural (Briedenhann e Wickens, 2004), não só no mundo ocidental mas também nas áreas menos desenvolvidas do globo. No continente africano surgem inúmeros projetos e parcerias que procuram explorar os inúmeros recursos dos seus extensos territórios rurais, demonstrando a importância que este setor representa em todas as realidades.

Ainda assim, o turismo não pode ser transformado no único recurso dos territórios rurais. A multifuncionalidade que surge com o colapso da atividade agrícola deve continuar a ser preservada, de modo a garantir um desenvolvimento sustentável para estes locais. A total dependência de um único setor já provou não ser a solução de que estes territórios necessitam, reforçando assim a importância da constante inovação e procura de novas soluções para o futuro.

2.2 Desenvolvimento do Território

O conceito de desenvolvimento tem vindo a sofrer alterações significativas desde a sua génese, apontada como sendo a época da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, e seguindo o curso da industrialização dos países europeus, o conceito de desenvolvimento surge quase exclusivamente ligado à economia, sendo a riqueza das nações e dos territórios diretamente relacionada com o seu desenvolvimento (Amaro, 2004).

Assim, durante um longo período de tempo o desenvolvimento era medido com recurso a indicadores económicos, fazendo com que o crescimento económico fosse a condição necessária e suficiente para a existência de desenvolvimento. O desenvolvimento dos países era então definido de acordo com o seu rendimento *per capita* e crescimento económico.

Outro dos indicadores que rapidamente passou a ser assumido como condição suficiente para o desenvolvimento foi a industrialização. Como refere Amaro (2004: 48), *‘rapidamente a expressão «países industrializados» se converteu em sinónimo de «países desenvolvidos» e aquela foi apresentada como uma etapa obrigatória na caminhada dos países do Terceiro Mundo para o desenvolvimento.*’ Os países em vias de desenvolvimento não poderiam então, de acordo com o pensamento da época, atingir os níveis de desenvolvimento desejados caso não seguissem os processos de industrialização pelos quais passaram os países ditos desenvolvidos.

Esta necessidade de seguir o mesmo caminho dos países que se consideravam desenvolvidos assenta essencialmente no facto de que o conceito de desenvolvimento é extremamente euro centrado. Deste modo, o percurso dos países europeus surge como modelo de referência para todos os outros, independentemente das suas características e do seu potencial endógeno.

Este conceito de desenvolvimento manteve-se relativamente estanque durante as décadas que seguiram a Segunda Guerra Mundial, atingindo um ponto de viragem nos anos 70, em que se inicia a procura por novas estratégias e novos conceitos. Esta procura é desencadeada por diversos problemas, alguns dos quais descritos por Amaro (2004):

- a) A ineficácia dos modelos de desenvolvimento que eram impostos aos países subdesenvolvidos;

- b) O mal-estar social que surge nos países desenvolvidos, com revoltas e movimentos sociais que procuravam alertar para os problemas dos países em desenvolvimento, assim como o aparecimento de problemas associados à exclusão social e ao abandono;
- c) O surgimento da consciência ambiental, com a percepção de que os modelos de desenvolvimento em vigor não poderiam ser sustentáveis a longo prazo;
- d) A persistência de uma crise económica.

Com estes problemas, surgem então novos conceitos de desenvolvimento, sendo alguns mais abrangentes e outros focados em problemáticas específicas. Entre estes novos conceitos podem ser destacados os conceitos de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo e desenvolvimento integrado, entre vários outros que têm vindo a surgir ao longo dos anos.

Um destes conceitos de desenvolvimento tem vindo a ser mais estudado do que qualquer outro, o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1987 é definido no relatório Brundtland, elaborado pelas Nações Unidas, como sendo a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras.

Este conceito passou a ser visto como demasiado simplista à medida que o mundo se depara com as constantes contradições do desenvolvimento sustentável. Hall (2004) refere-se diretamente a este contrassenso afirmando que a ideia de desenvolvimento sustentável parece querer juntar dois conceitos que se contradizem, sendo que o desenvolvimento se tem feito ao longo da história maioritariamente com recurso a energias não renováveis, desflorestação em larga escala, e uma agricultura altamente prejudicial para os solos e para o ambiente, de forma a conseguir manter o seu nível de produção, algo que vai contra todas as noções de sustentabilidade.

O relatório *Measuring Sustainable Development* (ONU, 2009) define desenvolvimento sustentável como o aumento do bem-estar que poderá durar durante um longo período de tempo, ou fundamentalmente o aumento do consumo durante um longo período de tempo. Esta dimensão temporal procura demonstrar que os caminhos para o desenvolvimento podem ser continuados durante muito tempo, ou podem chegar a um ponto em que deixam de ser considerados como sustentáveis. Ainda assim, nem sempre um caminho para o desenvolvimento que é considerado sustentável é o melhor caminho, uma vez que o bem-estar dos indivíduos varia, assim como as suas necessidades e as melhores soluções para as mesmas.

Thiele (2013) defende que dada a dificuldade crescente em definir a noção de sustentabilidade, o melhor será defini-la por aquilo que não representa. Uma instituição, ou prática, não pode ser considerada sustentável se comprometer a viabilidade das condições ambientais, sociais ou económicas. Ser sustentável é evitar o colapso.

O grande desafio no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável passa por aquele que é o grande desafio do desenvolvimento em geral. Trata-se neste caso de encontrar um equilíbrio onde a natureza possua um papel tão relevante quanto o do indivíduo e o da comunidade, abandonando assim as lógicas piramidais e criando uma visão circular, sistémica e integrada.

A par do desenvolvimento sustentável, o conceito desenvolvimento local é especialmente relevante para os territórios em estudo. Nos territórios rurais e nas cidades de pequena dimensão existe habitualmente uma grande ineficácia dos grandes planos de desenvolvimento a nível nacional, estando estes muitas vezes desfasados da realidade destes territórios.

Amaro (2009: 108) define desenvolvimento local como *‘o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas.’*. Esta definição faz referência à importância da utilização do potencial endógeno das comunidades como principal motor de desenvolvimento das mesmas, garantido que estas possuem um papel ativo na resolução dos seus problemas, ao invés de serem apenas espetadores aos quais são aplicados programas de desenvolvimento.

Deste conceito surgem também conceitos como o de desenvolvimento participativo, dada a importância da participação de todos os atores de desenvolvimento que foi reconhecida através dos processos de desenvolvimento local, assim como o conceito de desenvolvimento integrado, dada a necessidade de conjugar todos os atores e todas as áreas de intervenção num processo único de desenvolvimento.

Como forma de fugir aos tradicionais modelos de desenvolvimento eurocêntricos e que continuam tendencialmente a privilegiar o desenvolvimento económico, têm surgido ainda ao longo dos anos conceitos que procuram substituir o desenvolvimento tradicional. Estes novos modelos de desenvolvimento podem ser especialmente relevantes para o tema do desenvolvimento rural, e das potencialidades destes territórios, uma vez que se encontram enraizados maioritariamente em territórios pouco desenvolvidos, fora dos grandes centros

urbanos, e possuem portanto uma ligação mais estreita com os problemas e as potencialidades dos territórios em estudo.

A América Latina tem contribuído em larga escala na procura destas alternativas ao desenvolvimento. A tentativa de rejeição do colonialismo, uma forte preocupação ética relativamente à natureza, e um novo modo holístico de entender as relações humanas, é uma abordagem que dificilmente surgiria no mundo ocidental. Estas novas epistemologias do sul levaram à criação de conceitos que começam a ser aceites em oposição aos antigos conceitos de desenvolvimento.

Um destes conceitos é o conceito de *Buen Vivir*, que continua ainda a ser moldado à medida que é mais amplamente aceite. O *Buen Vivir* surge de modo a fazer frente aos anteriores paradigmas de desenvolvimento que em muitas situações, colocam frente a frente o homem e a natureza, como se de rivais de tratassem, onde um procura obrigatoriamente a sua superioridade sobre o outro.

Apesar das anteriores tentativas de aproximar cada vez mais a questão ambiental da questão do desenvolvimento, apenas uma mudança de fundo na forma como as populações vivem e convivem entre si e com o planeta que habitam, poderá dar frutos. O *Buen Vivir* defende assim o cultivo de uma distância necessária a muito daquilo que se tornou uma realidade constante: a busca de lucros, o individualismo, a visão da natureza como sendo um recurso, o egoísmo e a mercantilização de tudo o que nos rodeia (da Silveira, 2011).

O *Buen Vivir* associa alguns dos indicadores clássicos de bem-estar, como a liberdade, a igualdade de oportunidades, e a valorização das potencialidades dos indivíduos para que estas possam florescer, a um bem-estar que inclui todos os aspetos espirituais e afetivos, buscando assim a plenitude da vida (Gudynas e Acosta, 2011).

Alberto Acosta (2010: 5) utiliza a seguinte frase para demonstrar a importância crescente do *Buen Vivir*, também chamado de *Sumak Kawsay* ou *Suma Qamaña*, um conceito que tendo nascido numa região periférica do mundo, já faz parte neste momento da constituição de países como a Bolívia ou o Equador:

“La idea del sumak kawsay o suma qamaña: nace en la periferia social de la periferia mundial y no contiene los elementos engañosos del desarrollo convencional. (...) La idea proviene del vocabulario de pueblos otrora totalmente marginados, excluidos de la respetabilidad y cuya lengua era considerada inferior, inculta, incapaz del pensamiento

abstracto, primitiva. Ahora su vocabulario entra en dos constituciones.” – José María Tortosa, 2009

Uma importante mudança que o conceito de *Buen Vivir* apresenta face às anteriores teorias de desenvolvimento é precisamente a ideia de que viver bem nada tem a ver com viver melhor. Viver melhor é aquilo que é defendido pelos conceitos de desenvolvimento, e implica, na maioria dos casos, ter mais rendimentos para que se possa melhorar a vida. Lado a lado com a procura por mais rendimento está a procura por mais fama, mais poder, mais influência, processos que levam a que uns vivam melhor, à custa de muitos outros que irão viver pior. Viver bem, trata-se de uma filosofia totalmente diferente, procura a harmonia entre tudo aquilo que se tem e o que se poderá ter, não prejudicando os outros ou a natureza, algo que descarta definitivamente a ideia do ser humano como simples objeto (Mamani, 2010).

A evolução do conceito de desenvolvimento, o surgimento de novos tipos de desenvolvimento, e o aparecimento de novos conceitos que rompem com a ideia de desenvolvimento, são a prova da constante evolução pela procura de processos mais justos e mais eficazes na tentativa de proporcionar uma vida digna a todos os indivíduos, independentemente da sua localização mais ou menos periférica, explorando as suas capacidades endógenas e a sua vontade de mudança.

2.3 O papel das Cidades Médias no Desenvolvimento do Território

“Por paradoxal que pareça, nos tempos que correm, é o espaço urbano, as aglomerações urbanas, que deve estruturar o espaço rural. O desenvolvimento e a consolidação das cidades pequenas e médias do interior é imprescindível para criar pluriatividade e ordenar o espaço. A cidade média não esvazia o espaço, antes contribui para o organizar de forma racional.” (Covas, 1997:19)

Em Portugal, surge após o 25 de Abril a necessidade de definir regiões e planificá-las. De entre as propostas existentes, teve prevalência o modelo que defendia que o sucesso das regiões deveria ser ancorado em polos de desenvolvimento - habitualmente cidades de média dimensão – que distribuiriam o progresso pelos territórios envolventes.

“Partia-se do princípio de que o desenvolvimento se poderia propagar como se se tratasse de uma mancha de óleo, que vai, lentamente, resvalando na superfície regional, desde o ponto em que o fluido é derramado (o centro) até às extremas desse território.” (Guerreiro, 2016: 303)

O conceito de cidade média comporta duas dinâmicas móveis. Por um lado, sofreu diversos desenvolvimentos, reforçando a sua génese com mais características ao longo das últimas décadas, por outro tem sido difícil estabelecer os critérios básicos para definir cidade média.

Cidade média surgiu associado a uma lógica quantitativa, onde se estabelecia tal identificação com base nos critérios demográficos. Rapidamente, os teóricos que se debruçaram nestas matérias perceberam que esta via seria insuficiente e juntaram-lhe um carácter funcional. Entre os anos 70 e 80, a cidade média passou a fazer parte do conceito de desenvolvimento local, sendo visto como elemento de uma região. Nesta fase, a avaliação da cidade pela qualidade teve o seu ponto máximo, e de uma forma automática surgem ideias como a qualidade e estilo de vida, e uma associação clara ao conceito de desenvolvimento endógeno, na medida em que as dinâmicas destas cidades se encontram diretamente ligadas à exploração dos recursos endógenos dos locais onde estão inseridas (Costa, 2002).

Nos anos 90 surge o conceito de cidade sustentável, onde a cidade média é vista com diversas potencialidades, que até aqui eram elementos secundários, mas é lhe colocada de igual forma novos desafios. Assim, é possível elaborar a leitura de associar hoje uma cidade média a uma cidade sustentável, dadas as características das mesmas, que diferem em larga medida das cidades de grande dimensão, onde a sustentabilidade é habitualmente renegada para um segundo plano, havendo um especial enfoque no desenvolvimento económico.

As cidades médias possuem um papel particularmente relevante não só como instrumentos de ordenamento de território, mas também como instrumentos de desenvolvimento regional, em especial nas áreas mais marginalizadas, como é o caso de grande parte dos territórios rurais (Costa, 2002).

Onde existe desenvolvimento rural, este está muitas vezes associado à expansão e ao desenvolvimento dos aglomerados urbanos mais próximos. A presença das cidades médias em territórios predominantemente rurais é portanto um fator decisivo para o seu desenvolvimento (Westlund e Kobayashi, 2013).

Uma das principais razões para uma crescente popularidade das cidades médias é a sua qualidade de vida. Sendo locais com menores densidades populacionais e menor pressão imobiliária, a facilidade de encontrar habitações a preços competitivos, e a proximidade a locais de lazer e áreas naturais são importantes fatores para a atração de população (Cox e Longlands, 2016).

As cidades médias possuem uma grande heterogeneidade entre si, dado o seu papel no território. Cada cidade média possui habitualmente uma especialização particular, sendo algumas ligadas particularmente ao comércio, outras aos serviços, outras ao turismo, entre vários outros exemplos. Na impossibilidade de concentrarem em si todos os tipos de serviços e amenidades, estas cidades tendem portanto a especializar-se numa área em particular, criando assim relações de complementaridade entre si, nas regiões onde se inserem (Hamdouch *et al.*, 2016).

Ao contrário das áreas suburbanas, que dependem maioritariamente das grandes cidades ao redor das quais se encontram, muitos dos territórios rurais portugueses estão totalmente afastados dos grandes centros urbanos, sendo portanto dependentes destas cidades de menor dimensão.

Estas são os principais polos de atração de população do interior, atraindo a população que reside nas pequenas aldeias e vilas em seu redor, aumentando assim ainda mais o despovoamento no mundo rural.

O facto de não serem consideradas como grandes cidades, não inviabiliza o facto de nelas se concentrarem muitas vezes processos de dinamismo e de desenvolvimento que surgem por exemplo da aposta de determinados setores de atividade que aqui se instalam de forma a obter mão-de-obra e rendas mais baratas comparativamente com os grandes centros urbanos (Carmo, 2006).

Esta posição intermédia ocupada por este tipo de cidades dá origem a uma grande diversidade de fluxos em seu redor, tornando-as num ponto de passagem obrigatório (Ferrão *et al.*, 1994), conferindo-lhes assim uma centralidade que à partida não existia graças à sua localização geográfica, habitualmente periférica.

A dinamização dos territórios que rodeiam as cidades intermédias torna-se então num processo de extrema importância, particularmente a descentralização de algumas funções, de

modo a permitir o rejuvenescimento destas áreas, aumentando assim a sua capacidade de sucesso dentro do sistema onde se inserem (Carmo, 2006).

As cidades médias devem ser vistas como o motor que desencadeia o desenvolvimento nas suas regiões adjacentes (Vaz, 2004), especialmente quando estão em causa territórios com baixas densidades e fracos recursos. Estas cidades tornam-se o ponto central das regiões onde se inserem, criando uma organização em rede que possibilita o contacto entre os locais menos desenvolvidos e o exterior, quer este seja as principais áreas metropolitanas, ou até o contacto com Espanha, particularmente relevante nos territórios do interior junto à fronteira.

Vaz (2004) chama a atenção para uma das grandes potencialidades das cidades médias portuguesas, que tem vindo a tornar-se mais forte na última década. A alternativa ao modo de vida das maiores cidades do país, enormes aglomerados urbanos com constantes fontes de *stress* contrasta largamente com as cidades de menor dimensão do interior, com uma qualidade de vida superior e que constituem uma fuga a uma realidade cada vez mais presente nas grandes cidades.

Apesar da constante necessidade de modernização e criação de novos recursos, estes territórios usufruem de vantagens comparativas muito fortes. O seu património histórico, paisagem natural e capacidade de complementaridade entre diferentes cidades podem ser fatores relevantes na hora de atrair população para o interior.

Todos estes fatores em conjunto fundem-se na noção de identidade destas regiões. As cidades principais da Beira Interior – Guarda, Covilhã e Castelo Branco – podem não ter grande peso quando vistas separadamente, mas no seu todo, em conjunto com todas as pequenas vilas e aldeias que as rodeiam, destaca-se a identidade Beirã e o sentimento de pertença dos seus habitantes, muito mais forte do que aquele que pode ser encontrado nos territórios mais urbanizados onde a identidade local se tende a esbater mais facilmente.

Grande parte do sucesso destas três cidades da Beira Interior deve-se precisamente ao facto de se conseguirem complementar entre si. Nenhuma delas possui todas as funções desejáveis, no entanto, quando organizadas numa rede policêntrica, todas têm algo a ganhar e todas acabam por sair favorecidas desta relação de complementaridade. Talvez seja possível afirmar que apesar da óbvia facilidade que advém do facto de uma única cidade poder oferecer todas as funções das quais necessitamos, existe uma riqueza evidente na distribuição destas funções por diferentes pontos no território, valorizando e enriquecendo cada um destes.

O marketing associado às grandes cidades é neste momento algo *mainstream*. Cada uma das grandes cidades europeias possui estratégias constantes de divulgação do seu potencial, e outras grandes cidades como o caso do Porto, têm vindo a conquistar o seu lugar no panorama internacional através de uma forte divulgação e também de uma forte aposta no turismo.

No caso das cidades médias, as estratégias de marketing encontram algumas dificuldades pelo facto de, como já referido, funcionarem muitas vezes numa lógica de rede. A divulgação de uma única cidade é necessariamente mais simples do que um conjunto de cidades com várias disparidades entre si. Nestes casos a aposta no marketing direcionado para toda a região onde se inserem é a opção mais viável, mas também uma forte aposta na divulgação nas potencialidades destes locais, ao invés da clássica divulgação daquilo que lá se encontra (Vaz, 2004).

De facto, certos tipos de investimentos encontram vantagens precisamente no potencial de crescimento destas regiões, a qualidade do seu ambiente, ou simplesmente o facto de não se encontrarem numa situação de centralidade (Ferrão *et al.*, 1994). Algumas cidades do interior de Portugal têm sido marcadas por grandes investimentos por parte de grandes empresas, criando assim importantes polos de emprego e de dinamização territorial.

Estes polos industriais e de serviços representam muitas vezes alternativas mais viáveis à tentativa de atrair turistas para estes locais. Ainda que o potencial turístico dos territórios rurais seja cada vez mais relevante, muito deste turismo está associado a atividades sazonais, criando um vazio nas restantes alturas do ano.

Neste processo de captação de investimento e desenvolvimento destas regiões, as autarquias são muitas vezes os atores principais. O principal papel da governação local não passa tanto pela execução, mas fundamentalmente pela animação do território (Albrechts, 1991).

A animação territorial pode ser especialmente relevante no contexto das cidades médias, não só na procura da integração social e económica nestes espaços, a facilitação do acesso ao emprego, mas fundamentalmente na promoção da cidadania e da entidade territorial (Henriques, 2016). Ao ligar a população de um modo emocional à sua cidade, algo que muitas vezes se torna impossível nos grandes centros urbanos, a abordagem dos indivíduos face aos processos de participação e de desenvolvimento local e regional tornar-se-á mais forte, e a seu tempo, mais eficaz.

2.3.1 O Papel das Universidades

O ensino superior desempenha uma dupla função, a qualificação de recursos humanos e também a valorização dos recursos locais. A presença de recursos humanos qualificados é um importante fator de atração de atividades económicas geradoras de riqueza e desenvolvimento. (Guerreiro, 2016)

‘‘Não é fácil estruturar consórcios entre empresas, instituições de ensino superior e autarquias. Mas é esse o percurso necessário para ganhar densidade produtiva. Recursos humanos qualificados, boas ideias geradas no confronto entre necessidades, exigências e desafios, espaços vocacionados para incubação são ingredientes necessários a essa dinâmica.’’ (Guerreiro, 2016: 313)

A capacidade de atração das universidades em territórios menos desenvolvidos permite que surjam indivíduos com características e *backgrounds* muito distintos, e que podem promover mudanças que de outro modo dificilmente surgiriam. A capacidade de criar uma comunidade heterogénea é uma importante fonte de riqueza nestes territórios.

Para além desta heterogeneidade que surge com a presença de indivíduos de diferentes meios, o ensino superior possui ainda um papel importante na inclusão da população local, muitas vezes envelhecida e cujo potencial é desprezado. Nos meios mais pequenos têm vindo a surgir diversos projetos que procuram conciliar a formação e a modernidade com os valores tradicionais, materiais típicos, e saberes ancestrais, numa simbiose perfeita entre a atualidade e o passado, procurando não descurar nenhum dos dois. (Guerreiro, 2016)

A presença de recursos humanos qualificados, *know-how*, capacidade técnica e de inovação, são fatores essenciais para o desenvolvimento territorial. A presença de universidades em meio rural, habitualmente inseridas em cidades médias, facilita em larga escala a obtenção de todos estes fatores que permitem a evolução favorável do território.

O exemplo da Universidade da Almería, no sul de Espanha, demonstra a capacidade de ação da universidade em conjunto com as associações locais, as instituições governamentais, e o *cluster* produtivo na obtenção de estratégias de desenvolvimento regional.

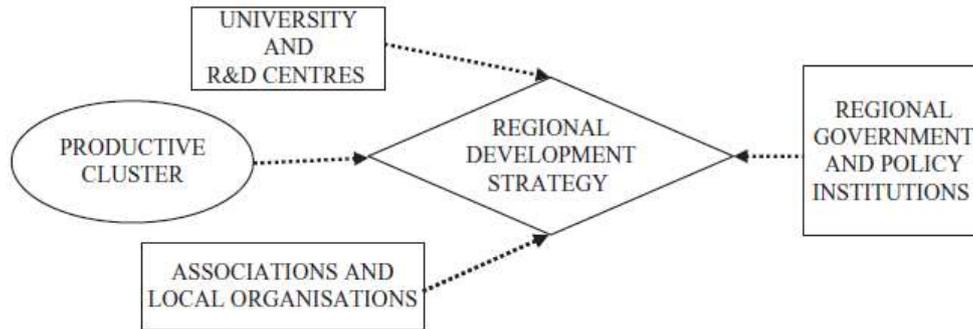


Figura 2.5: O papel da universidade nas estratégias de desenvolvimento regional

Fonte: Galdeano-Gómez *et al* (2011)

O conhecimento e os recursos humanos que provém de uma universidade localizada num meio maioritariamente rural e com necessidades claras de desenvolvimento, aceleram em larga medida o desenvolvimento dos diferentes setores presentes na região, com especial enfoque no setor agrícola no caso do sul de Espanha, resultando num processo de desenvolvimento regional que dificilmente seria desencadeado sem a presença desta instituição (Galdeano-Gómez *et al.*, 2011).

Outro estudo recente procura entender a capacidade de reter população qualificada e de desenvolver o território na região norte da Islândia por parte da universidade de Akureyri. A tentativa de impedir a fuga de cérebros rumo aos centros urbanos possui um papel fulcral no desenvolvimento regional, uma vez que as universidades têm a capacidade fundamental de fortalecer os centros regionais, e a atração de estudantes de outros pontos do país permitem a qualificação de indivíduos residentes em áreas rurais, facilitando o seu desenvolvimento (Bjarnason e Edvardsson, 2017).

A atração de estudantes para os centros regionais ao invés das grandes cidades representa portanto uma grande vantagem para o desenvolvimento dos territórios rurais, e as universidades presentes nestas cidades de média dimensão constituem um pilar para os mesmos.

Já no ano 2000, Costa refere a opção do município da Covilhã em fundamentar o seu desenvolvimento tendo como base a presença da Universidade da Beira Interior.

Após o declínio das indústrias têxteis, a universidade aparece como motor de desenvolvimento, tendo contribuído para a revitalização de diversos setores como o da construção civil, das infraestruturas, do mercado imobiliário e do comércio.

Concelho	Base produtiva				Mudança na Gestão Camarária	Acessibilidade	Tudo	Total
	Indústria	C.Civil	Comércio e Serviços	Ensino Superior				
Guarda	16,7	33,3	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Covilhã	8,3	0,0	16,7	58,3	8,3	0,0	8,3	100,0
Fundão	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Castelo Branco	64,3	7,1	14,3	7,1	0,0	7,1	0,0	100,0

Quadro 2.1: Fatores que contribuíram para o aumento da competitividade das cidades da Beira Interior

Fonte: Costa, 2000

Como é possível perceber através do quadro representativo de um inquérito de 1999, o peso do ensino superior como fator que contribui para a competitividade da cidade da Covilhã possuía um peso extremamente relevante, muito superior a qualquer um dos outros fatores. Atualmente apesar da inexistência de dados, o papel da universidade na cidade continua a ser evidente, sendo o principal motor de desenvolvimento nas áreas do comércio e da habitação, e sendo os estudantes uma fonte de rendimento fundamental para muitas famílias e negócios locais.

Peer e Stoeglehner (2012) avaliam as oportunidades criadas pela presença das universidades para os processos de desenvolvimento sustentável ao nível local e regional. Através da criação de programas educativos e de investigação ligados à sustentabilidade e da colaboração com as entidades locais e regionais, os autores defendem que as universidades podem possuir o papel de agentes para o desenvolvimento, com especial enfoque num desenvolvimento sustentável a nível regional.

Para além de motores de desenvolvimento sustentável, as universidades das cidades médias podem ser importantes motores de desenvolvimento económico. Uma vez mais o exemplo da cidade da Covilhã e da Universidade da Beira Interior pode ser relevante, dada a especial importância da presença de um centro formador de recursos humanos, uma das razões pela qual a Covilhã atraiu para o seu território o projeto do *Data Center* da PT, com a criação

prevista de 500 postos de trabalho numa primeira fase, fator relevante para a economia da cidade e da região (Lopes, 2012).

Assim, é possível afirmar que as instituições de ensino superior possuem um papel de extrema relevância no desenvolvimento dos territórios onde se inserem, com especial enfoque nos territórios de baixa densidade, atraindo população, formando população qualificada, e atraindo investimento, de forma a potenciar regiões que correm o risco de entrar em declínio.

III. Território e Desenvolvimento no Caso Português

3.1 O Caso Português

Em oposição ao litoral desenvolvido, altamente povoado, com grandes concentrações de serviços e de acessibilidades, encontram-se os territórios rurais portugueses.

Rolo e Cordovil (2014) dividem o território nacional continental em diversos tipos de rural, utilizando como indicadores a densidade populacional, o índice de integração urbana, a percentagem da população ativa rural, o índice de potencial demográfico e índice de capital humano.

Estes sete tipos de territórios rurais apresentam diferenças significativas entre si:

- a) Os territórios de baixa densidade (Norte, Centro e Sul) possuem níveis de integração urbana e de densidade populacional significativamente mais baixos do que os restantes tipos de rural;
- b) Os territórios de baixa densidade Centro e Norte possuem ainda níveis muito baixos de capital humano e potencial demográfico;
- c) Os territórios de baixa densidade Norte e Sul possuem os valores mais altos de percentagem do setor primário na população ativa rural, sendo o valor nos territórios de baixa densidade Centro ligeiramente inferior, ainda que superior à média do Continente;
- d) Os territórios do rural denso e rural metropolitano apresentam naturalmente valores superiores à média relativamente à densidade populacional, índice de capital humano,

índice de potencial demográfico e índice de integração urbana, e valores inferiores à média relativamente à percentagem do primário na população ativa rural. Os valores mais distantes da média encontram-se com maior incidência no rural metropolitano;

- e) Os territórios de transição agrícola apresentam valores semelhantes aos territórios de baixa densidade, ainda que possuam uma maior densidade populacional e índices de capital humano e de potencial demográfico mais elevados, ainda que abaixo da média;
- f) Finalmente, a transição indústria e serviços possui valores de densidade populacional e dos índices de capital humano e potencial demográfico semelhantes aos da transição agrícola, mas com valores mais elevados no índice de integração urbana e mais reduzidos na percentagem do primário na população ativa rural, sendo portanto estas características que distinguem estes dois tipos de rural (Rolo e Cordovil, 2014).

Os autores definem os diversos tipos de rural como “grandes manchas contíguas do Continente português constituídas por concelhos cujas componentes rurais são semelhantes nos aspetos considerados mais relevantes para compreender a diversidade do rural” (Rolo e Cordovil, 2014: 13).

Apesar da aparente contradição nos tipos de rural metropolitano e rural denso, os mesmos são definidos pela sua população rural e pelas suas superfícies rurais, ainda que dispersos e em minoria face aos territórios urbanos. Portugal é portanto um país com uma superfície continental maioritariamente rural, com manchas extensas de territórios de baixa densidade, em oposição aos polos metropolitanos e ao litoral mais desenvolvido.

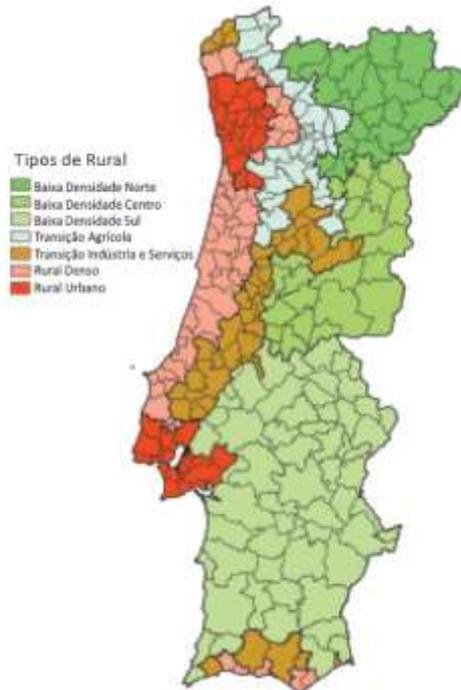


Figura 3.1: Tipos de rural

Fonte: Rolo e Cordovil, 2014

O principal problema dos territórios rurais portugueses centra-se no despovoamento. Despovoamento que, como visto anteriormente, resulta num ciclo de efeitos negativos que funcionam como entrave ao desenvolvimento destas regiões.

Apesar da tentativa crescente de atrair população urbana para o meio rural, assiste-se a um certo “fetiche” relativamente a estas áreas. Os habitantes das cidades deslocam-se até ao interior para usufruir da imagem mental que constroem relativamente ao mesmo, havendo uma valorização destes espaços mas apenas como pontos de passagem, utilizados como escape, mas que não representam verdadeiramente uma verdadeira alternativa à cidade (Pais e Gomes, 2008).



Figura 3.2: Tendências demográficas
Fonte: PNPCT, 2016

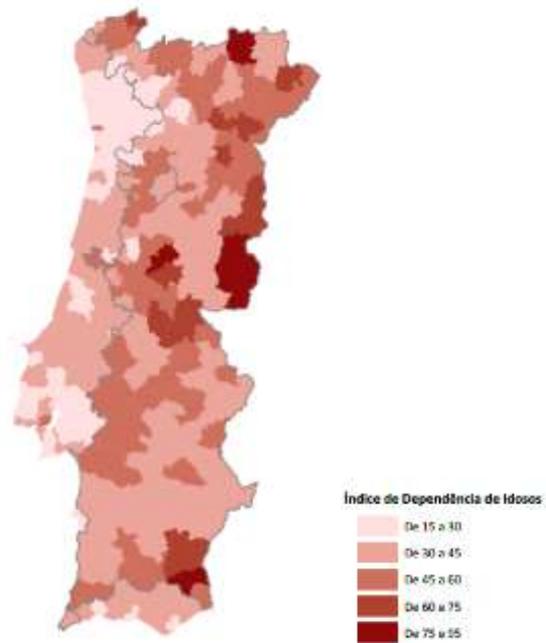


Figura 3.3: Índice de dependência de idosos
Fonte: PNPCT, 2016

O maior fracasso das iniciativas de base local em Portugal tem sido a sua sustentabilidade. O surgimento de inúmeros projetos com qualidade afirma-se como uma solução a curto prazo. No entanto, a médio e longo prazo existe ainda uma lacuna de projetos que consigam ter resultados reais, conciliando a real integração de atores públicos e privados. A aposta na criação de importantes polos empresariais é uma das poucas exceções a esta regra, dado o seu caráter de continuidade (Silva *et al.*, 2010).

Silva (2012) faz referência aos esforços que têm sido feitos na recuperação e dinamização das Aldeias Históricas de Portugal, e de que forma algumas destas têm merecido destaque graças ao seu importante potencial turístico e fonte de atração de visitantes para o interior do país. Estas 12 aldeias históricas localizam-se num espaço relativamente circunscrito em redor de algumas das cidades mais relevantes do centro do país, como a Covilhã e a Guarda, mas não apresentam um desenvolvimento homogéneo.

O investimento feito nestas aldeias está ligado maioritariamente à recuperação de património edificado, e a tentativa de criação de atividades turísticas e unidades hoteleiras, quer privadas quer exploradas pelo Estado Português. No entanto, o turismo não é a solução mais indicada para todos estes locais, não podendo portanto existir uma generalização na tentativa de iniciar

processos de desenvolvimento. A criação de serviços e comodidades que permitam a deslocação de população para estas áreas poderá ser a forma de revitalização mais sustentável a longo prazo, ainda que os esforços feitos até ao momento não sejam de todo irrelevantes (Silva, 2012).

A localização destas aldeias ao redor de algumas cidades médias permite que exista uma relação de complementaridade entre todos estes locais de menores ou maiores dimensões, de modo a criar um espaço policêntrico com capacidade para competir com os grandes centros, ou “ilhas” que atuam sozinhas no contexto nacional. *“(...) gerar novas redes urbanas de carácter policêntrico para a competitividade, inovação e, simultaneamente, para a gestão partilhada dos recursos, de modo a desencadearem profícuas modalidades de desenvolvimento de âmbito regional que se reflitam na revitalização de certas localidades rurais – no sentido de passar de uma situação de concorrência entre cidades e regiões para um cenário de maior cooperação.”* (Carmo, 2008: 790).

A complementaridade entre cidades médias do interior tem particular expressão no caso da Beira Interior. Sendo este um território com enormes desafios demográficos, graças à sua população muito envelhecida e muito reduzidas taxas de natalidade, a necessidade de abordar as questões do envelhecimento levou à criação de uma parceria entre a Universidade da Beira Interior – localizada na cidade da Covilhã -, o Instituto Politécnico de Castelo Branco e o Instituto Politécnico da Guarda, que procura a investigação e a criação de projetos que procurem a melhoria das condições de vida da população idosa (Terras da Beira, 2016).

O interior do país encontra-se então numa ativa procura por soluções para os problemas com os quais tem vindo a lidar nas últimas décadas. Através da cooperação e da valorização dos recursos endógenos, estas regiões conseguirão afirmar-se face ao litoral desenvolvido.

3.2 Coesão Territorial em Portugal

Enquanto os territórios do litoral português, em particular as grandes cidades, continuam a atrair a população mais qualificada e concentram em si a grande maioria dos serviços e das oportunidades, os territórios do interior vêm as assimetrias regionais cada vez mais acentuadas.

Neste momento o papel do Estado já não passa simplesmente pela tentativa de aproximar estas duas realidades através da construção de melhores acessibilidades, uma vez que essa é apenas a ponta do *iceberg* nos problemas do rural português.

As diferenças entre o litoral e o interior do país são evidentes e provocam uma divisão clara entre estas duas realidades. O interior concentra a grande maioria dos problemas, como o abandono escolar, menor concentração de população com ensino superior e maiores taxas de analfabetismo.



Figura 3.4: Taxa de abandono escolar
Fonte: PNPCT, 2016

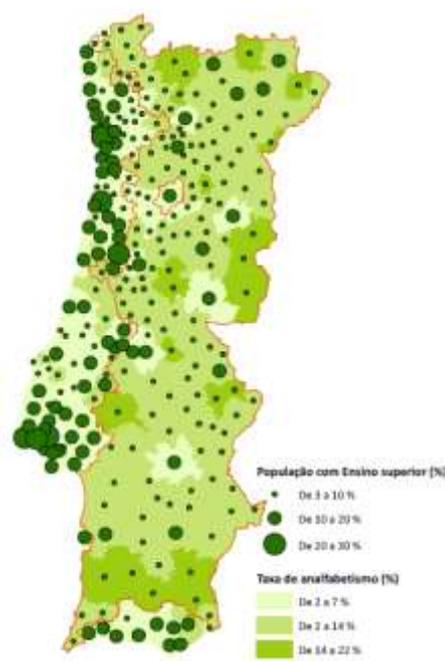


Figura 3.5: População com ensino superior e taxa de analfabetismo
Fonte: PNPCT, 2016

A abordagem mais atual ao desenvolvimento dos territórios rurais e consequente aumento da coesão territorial passa pela valorização do potencial endógeno (Henriques, 2016). A grande capacidade de revitalização destas regiões concentra-se portanto no potencial e nas capacidades dos seus habitantes, depositando assim sobre estes a responsabilidade de resolver grande parte dos problemas que a administração central parece não conseguir resolver.

De modo a desencadear estes processos de desenvolvimento é necessário um estímulo, estímulo que é atualmente representado em larga medida pela animação territorial (Moreno, 2003). A animação territorial dá origem a relações entre órgãos de governação local e uma

grande variedade de atores de setores diferentes, de onde surgem muitas vezes projetos que valorizam o território e o potencial endógeno do mesmo.

Um dos grandes contributos da animação territorial é a noção de processos altamente participativos, que graças à intervenção de atores de áreas distintas, possuem preocupações redobradas com questões fundamentais como a sustentabilidade ou a resiliência, alargando o desenvolvimento a todas as suas dimensões, não se focando apenas na dimensão económica.

As atividades económicas podem assim passar para um segundo plano, à medida que o desenvolvimento é essencialmente alicerçado na valorização do capital social destes locais, reforçando a sua importância em todo o processo (Abramovay, 2000).

Num passado recente foi possível assistir ao surgimento de várias iniciativas que têm como base precisamente estes processos de animação territorial, tendo sido bem-sucedidos em várias locais, aumentando significativamente a qualidade de vida das populações através de projetos simples mas com elevada eficácia. Ainda assim, muitas destas iniciativas passam muitas vezes despercebidas e correm o risco de ser confrontadas com mudanças na governação local, por exemplo, cuja falta de apoio pode condena-las ao fracasso.

Assim, o papel do Estado será sempre relevante. Ainda que muitas das suas medidas não obtenham os resultados esperados, é nele que se concentra a grande capacidade de desencadear processos de mudança, razão pela qual as políticas públicas e os programas de coesão serão sempre relevantes para o desenvolvimento do território.

3.2.1 Políticas Públicas e Desenvolvimento do Território

Covas (1999) defende que mais do que a tentativa de atrair população para os territórios rurais, as políticas públicas deveriam apostar na deslocação dos empregos. Ao deslocar o emprego dos territórios urbanos saturados para os territórios rurais despovoados, o Estado potencia o desenvolvimento e a resolução de problemas em ambas as realidades.

A dinâmica do desenvolvimento do território está alicerçada na implementação de políticas públicas por parte do Estado. A administração pública do país obedece a uma hierarquia

estabelecida do topo para a base, de modo a que as medidas decididas por quem comporta o poder afetem positivamente os territórios e conseqüentemente as populações.

O Governo é o órgão de soberania que tutela politicamente as questões rurais e do desenvolvimento do território. Do elenco governativo é possível destacar o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, auxiliado pelo secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural (República Portuguesa, 2017a). Numa outra área de intervenção, o secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão sob orientação do ministro do Planeamento e Infraestruturas comporta igualmente responsabilidades e competências políticas (República Portuguesa, 2017b).

O setor administrativo do Estado possui também um papel relevante na dinâmica de trabalho de políticas públicas. Assim, as agências, direções gerais, institutos ou fundações a cargo dos ministérios já mencionados colocam em prática as decisões políticas.

Se o papel de fomento e de legislação está a cargo dos órgãos do Estado, as autarquias têm um papel essencial no sucesso das políticas. É o poder local que observa, sente e articula as medidas concretizadas pelo poder administrativo. As câmaras municipais e as juntas de freguesia são o primeiro reduto na hora de ouvir as populações e possuem assim uma importância cabal no êxito de determinadas políticas públicas.

“Os programas e as campanhas para o mundo rural anunciam-se, enunciam-se e denunciam-se, mas, raramente, são levados a bom porto porque são sacrificados ao primeiro sinal de crise.” (Covas, 2007: 35)

Um dos mais recentes programas criados de forma a tentar eliminar as assimetrias entre as regiões portuguesas é o Programa Nacional para a Coesão Territorial. Este programa está organizado em cinco eixos: Coesão, Competitividade, Sustentabilidade, Conectividade e Colaboração. Cada eixo é definido por vários objetivos e medidas, que no seu conjunto procuram encontrar soluções para os problemas mais simples e mais complexos que determinam a existência ou não de coesão territorial em Portugal.

As quase duas centenas de medidas apresentadas neste programa parecem seguir a mesma linha de atuação que tem sido frequentemente utilizada até ao momento, não sendo possível encontrar medidas que possam efetivamente ser agentes de mudança.

Várias medidas tratam-se essencialmente de incentivos financeiros com o objetivo de tentar fixar população qualificada, como profissionais de saúde, entre outros. Sem a criação de condições reais que permitam a estes indivíduos mudar-se de livre vontade, a existência de um subsídio dificilmente poderá fazer diferença nestas situações.

Em Maio de 2017, o Governo fez um ponto de situação referente aos primeiros 6 meses da implementação do programa. Segundo a tutela, mais de metade das 164 medidas previstas foram executadas, ou seja, 85 ações estão neste momento a vigorar na plenitude. Das restantes, 47 medidas estão em curso, enquanto 32 estão por iniciar. Atentando agora nos cinco eixos já mencionados, o pilar competitividade é de longe o que mais se destaca em medidas efetuadas, com mais de 60% do programa em vigor. De notar que o eixo coesão comporta atualmente a maior percentagem de medidas em curso (35%). Os três pilares restantes, colaboração, conectividade e sustentabilidade seguem a tendência geral que sustenta a média dos cinco eixos (República Portuguesa, 2017c).

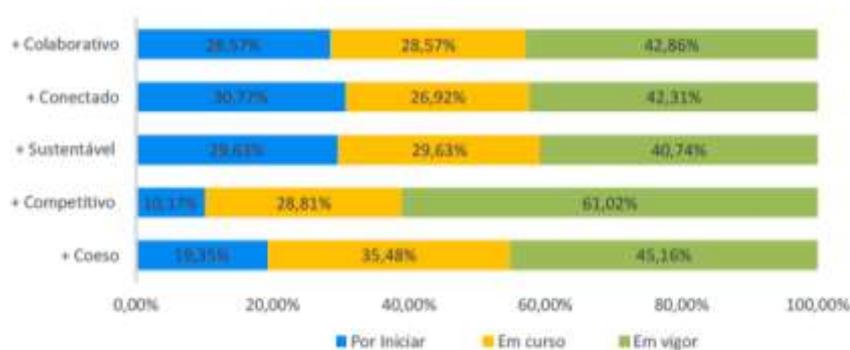


Figura 3.6: Execução dos cinco eixos do PNPCT
 Fonte: República Portuguesa, 2017

Apesar de bem construído, e dotado de um discurso que deixa antever mudanças reais e grandes benefícios para os territórios menos desenvolvidos do país, este programa não deixa de demonstrar uma certa ineficiência do Estado e dos órgãos centrais para lidar com este problema, reforçando a noção de que o seu verdadeiro papel deveria ser o de capacitar os órgãos locais para que estes possam fazer efetivamente a diferença.

A mudança deve portanto surgir de dentro. A importância do papel dos Estado no desenvolvimento do país é indiscutível, no entanto, os grandes resultados estão a ser

conseguidos diretamente no terreno, junto das pessoas que se preocupam com os locais onde vivem, ao invés de medidas planeadas em gabinetes nas grandes cidades, tantas vezes condenadas ao fracasso.

IV. Metodologia

O objetivo principal da dissertação prende-se com a necessidade de abordar os potenciais inexplorados dos territórios rurais, com especial incidência nas cidades que neles estão inseridas, e das quais são dependentes.

Com vista a explorar este objetivo mais abrangente, é necessária a identificação de diversas realidades, e as interligações entre as mesmas, sendo neste caso abordadas principalmente os temas relativos à ruralidade, às cidades médias, e à coesão territorial.

“(...) a análise de conteúdo é uma técnica que visa a sistematização da informação, de acordo com a aplicação de processos de codificação, categorização e inferência permitindo um alcance analítico de natureza quantitativa e/ou inferencial, consoante os objetivos e técnicas de análise.” (Espírito Santo, 2015:68)

Através do estudo destes diversos componentes e de uma análise qualitativa, é assim possível determinar algumas perspetivas de futuro para estas regiões e os possíveis papéis determinantes que poderão desempenhar no desenvolvimento.

4.1 Estudo de Caso

Não sendo possível generalizar as conclusões retiradas de um único estudo de caso, a sua presença permite estudar a problemática mais de perto e ilustrar diversos casos com um exemplo sólido.

Através da análise do território nacional e da importância das suas cidades médias do interior relativamente aos territórios circundantes, e considerando a maior facilidade de obtenção de informações relevantes para esta reflexão, a cidade da Covilhã apresenta-se como o objeto de estudo mais indicado, concentrando em si inúmeras variáveis que enriquecem os resultados obtidos.

Entre as variáveis determinantes para esta escolha encontram-se:

- a) Localização periférica face aos territórios nacionais mais desenvolvidos, mas com uma importante proximidade da fronteira com Espanha;
- b) Presença de um polo universitário com capacidade de atração de população jovem e qualificada;
- c) Existência de uma forte tentativa de atração de empresas e consequente criação de postos de trabalho;
- d) Presença de órgãos de governação local dinâmicos;
- e) Proximidade à Serra da Estrela e consequente concentração de atividades turísticas e de dinamização territorial.

4.2 Técnicas de Recolha de Informação

De modo a recolher o maior número de dados relativos ao território em análise, mas também com vista à obtenção dos dados mais relevantes e mais próximos da verdadeira realidade local, foram utilizadas três técnicas distintas:

- a) Observação participante e recolha de informação no local;
- b) Inquérito por questionário dirigido aos alunos da Universidade da Beira Interior;
- c) Entrevistas dirigidas a representantes dos órgãos de governação local, responsáveis de empresas localizadas na cidade, e uma amostra de residentes.

A amostra de população residente utilizada terá em conta os constrangimentos de tempo e dimensão da dissertação, pretendendo essencialmente inquirir cidadãos que tenham residido na Covilhã durante várias décadas, assim como novos residentes que apenas se tenham mudado para a cidade recentemente, de modo a perceber qual as motivações dos novos residentes e quais as opiniões fundamentais dos antigos residentes face ao processo de desenvolvimento verificado na região.

4.2.1 Observação Participante

A observação participante permite não só a imersão na verdadeira realidade do contexto que se encontra em análise, como a interação com os diversos atores que nele se encontram presentes, facilitando assim a obtenção de informação que não seria possível através de contactos mais formais como em contexto de entrevista, por exemplo. A vivência da realidade local contribui em larga escala para o relato da mesma.

‘‘All human beings use their perceptual skills to gather information about social situations. We are all observers, even when acting as ordinary participants. But what we watch and listen for remains limited to our immediate purpose of accomplishing some activity. Not only does the participant observer have a heightened sense of awareness, but he or she must also approach social life with a wide-angle lens, taking in a much broader spectrum of information.’’ (Spradley, 1980: 56).

A interação com os residentes mais antigos da cidade deverá procurar responder a um conjunto restrito de questões relacionadas com a opinião dos mesmos relativamente às mudanças ocorridas num passado recente.

4.2.2 Inquérito por Questionário

No caso do inquérito realizado aos alunos, através de ferramentas *online*, a amostra foi escolhida ao acaso, dentro do universo de alunos da Universidade da Beira Interior, independentemente do curso que frequentam ou o ano em que se encontram.

O guião do questionário, presente em Anexo, engloba um reduzido conjunto de questões com o objetivo principal de perceber as intenções dos alunos face ao seu futuro na região da Covilhã.

- a) A primeira questão permite perceber se os alunos inquiridos já residiam nesta zona do país antes de iniciarem os seus estudos na UBI;
- b) A segunda questão prende-se com os motivos da escolha da UBI;

- c) A terceira e quarta perguntas inquerem diretamente sobre a vontade de continuar na área da Covilhã após conclusão dos estudos e o motivo da decisão;
- d) Finalmente, uma última questão pretende fazer uma caracterização dos serviços mais importantes da cidade da Covilhã, através da utilização de uma escala com cinco níveis de resposta, que variam entre “muito mau” e “muito bom”.

O inquérito realizado aos professores da Universidade da Beira Interior, também com recurso a ferramentas *online*, engloba três questões.

- a) A primeira questão procura recolher a opinião dos professores face à importância do papel da Universidade da Beira Interior na fixação de população jovem na cidade da Covilhã;
- b) A segunda questão pretende analisar de que forma a UBI procura atrair novos alunos;
- c) Por fim, a terceira questão prende-se com a opinião pessoal dos professores e a sua experiência enquanto habitantes do interior de Portugal, e procura saber se consideram que existe um futuro para os territórios rurais e para as cidades do interior do país.

O inquérito realizado aos habitantes da Covilhã, realizado presencialmente durante a estadia na cidade, engloba duas questões.

- a) Primeiramente existe a tentativa de perceber aquilo que os habitantes consideram como sendo o ponto de maior relevância na cidade da Covilhã atualmente;
- b) Caso a Universidade da Beira Interior seja indicada como o ponto mais relevante, uma segunda questão pretende inquirir os habitantes relativamente à sua opinião da mesma, podendo esta ser positiva ou negativa.

4.2.3 Entrevistas

Deverá ser utilizado um guião de entrevista não muito extenso, presente em anexo, que irá permitir realizar uma entrevista presencial junto do Ajunto do Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. Os principais temas abordados nesta entrevista são:

- a) Desenvolvimento recente da cidade e principais políticas adotadas;
- b) O papel da Covilhã no desenvolvimento regional;

- c) Relações de complementaridade regionais;
- d) Incentivos à fixação de população;
- e) O papel da Universidade da Beira Interior;
- f) Turismo;
- g) Planos para o futuro.

4.3 Composição da Amostra

O trabalho de campo decorreu entre os dias 2 e 15 de Maio de 2017, tendo neste período ocorrido processos de observação participante na quase totalidade do mesmo, tendo sido recolhidos seis testemunhos formais, assim como muitos outros que não foram anotados, contribuindo ainda assim para o enriquecimento do conhecimento face à situação da Covilhã e dos seus habitantes.

Durante este período, foram realizados 81 inquéritos a alunos da Universidade da Beira Interior, através da criação de um inquérito por questionário *online* (Anexo A). Os alunos inquiridos possuem idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos, e dividem-se por 12 cursos de licenciatura e 1 curso de mestrado.



Figura 4.1: Idade dos alunos inquiridos
Fonte: Inquérito, 2017

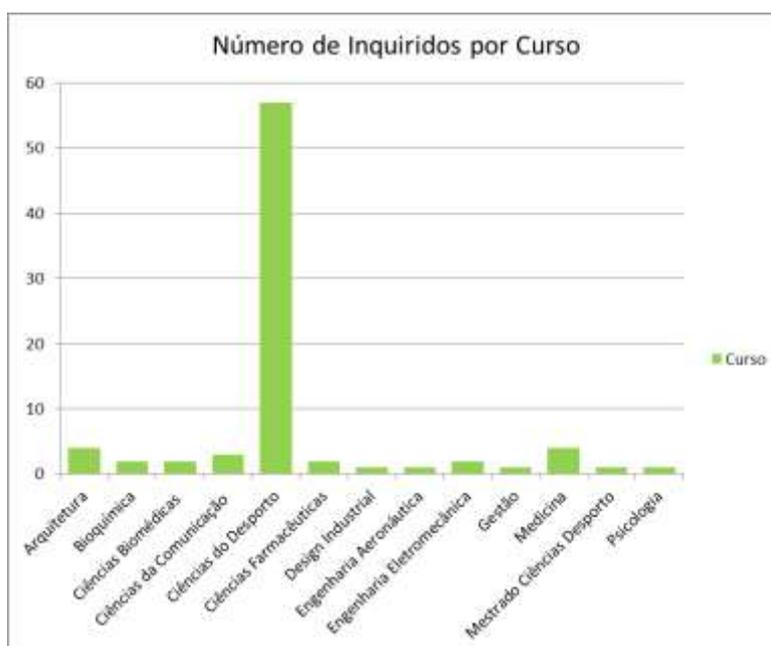


Figura 4.2: Curso frequentado pelos alunos inquiridos

Fonte: Inquérito, 2017

A indicação das características dos professores foi feita através de um pequeno inquérito dirigido a 8 docentes da Universidade da Beira Interior, cujo objetivo passa pela recolha de algumas opiniões face à importância da UBI na fixação de jovens na Covilhã, a forma como a universidade procura atrair novos alunos, e também qual é a perceção dos professores face ao futuro dos territórios rurais em Portugal (Anexo B).

A representação dos habitantes da Covilhã é feita através da análise dos resultados da observação participante que decorreu ao longo de toda a estadia na cidade, em conjunto com entrevistas e pequenos inquéritos. Foram documentadas 6 entrevistas formais (Anexo C), assim como 27 respostas a duas perguntas-chave que pretendiam reconhecer qual o ponto de maior referência na cidade, e a opinião dos habitantes relativamente ao mesmo (Anexo D).

Por fim, o perfil da governação local e dos seus planos para o futuro do concelho da Covilhã, assim como toda a região onde este se insere, é traçado a partir de uma entrevista presencial, junto do Adjunto do Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Engenheiro Hélio Fazendeiro, a qual decorreu no dia 4 de Maio de 2017 (Anexo E).

V. Estudo de Caso

5.1 Caracterização da Cidade da Covilhã

A cidade da Covilhã encontra-se na Região Centro do país, na zona da Cova da Beira, sendo conhecida maioritariamente pelo seu passado ligado à indústria dos lanifícios, e mais recentemente à presença da Universidade da Beira Interior, à qual se pode atribuir grande parte da revitalização deste local.

A presença de um parque industrial com fortes potencialidades é também um dos pontos fortes para voltar a colocar a Covilhã no mapa após o encerramento de muitas das antigas atividades ligadas à sua vasta indústria têxtil. Várias empresas de grandes dimensões já escolheram a cidade para sediar as suas atividades e as exportações continuam a aumentar. O *Data Center* da PT é possivelmente a presença mais relevante na história recente da cidade e do município.

A população do município da Covilhã tem sofrido um decréscimo constante ao longo dos últimos anos, ainda que não seja possível determinar se a cidade da Covilhã apresenta o mesmo problema, ou se este é causado maioritariamente pelas freguesias mais rurais que têm mais tendência a perder população.

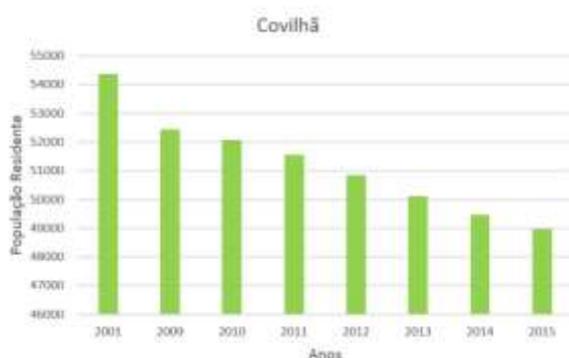


Figura 5.1: População residente
Fonte: Pordata, 2017c

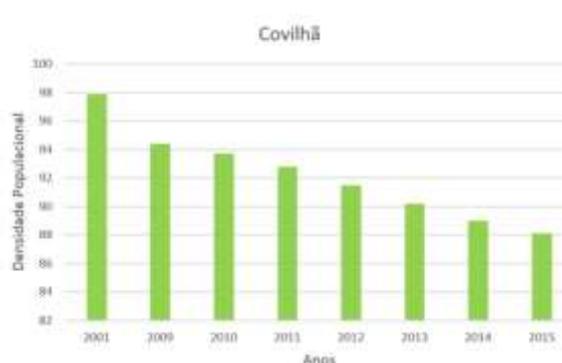


Figura 5.2: Densidade Populacional
Fonte: Pordata, 2017d

Para além do evidente decréscimo na população residente e da fraca densidade populacional no município, os índices de dependência de idosos e jovens são elucidativos da realidade atual, existindo uma constante subida relativamente aos idosos e descida no caso dos jovens, consequências diretas do constante envelhecimento da população nesta região, e das baixas taxas de natalidade, apesar de se verificar neste caso um ligeiro aumento, ainda que não seja possível prever se será o início de uma recuperação ou apenas um acontecimento isolado.

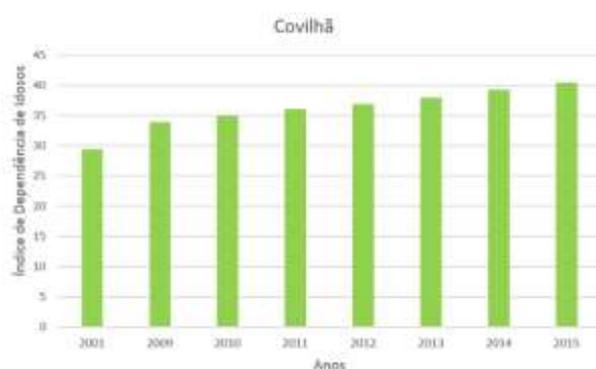


Figura 5.3: Índice de dependência de idosos
Fonte: Pordata, 2017e

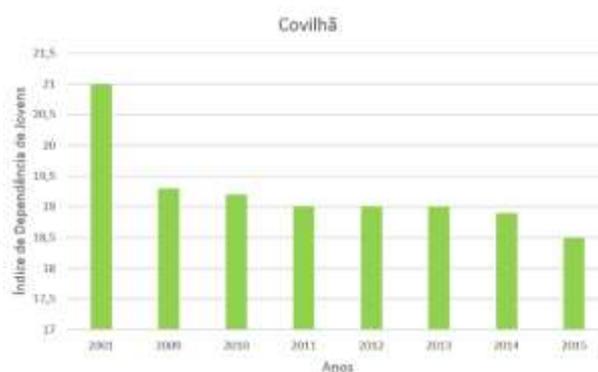


Figura 5.4: Índice de dependência de jovens
Fonte: Pordata, 2017f

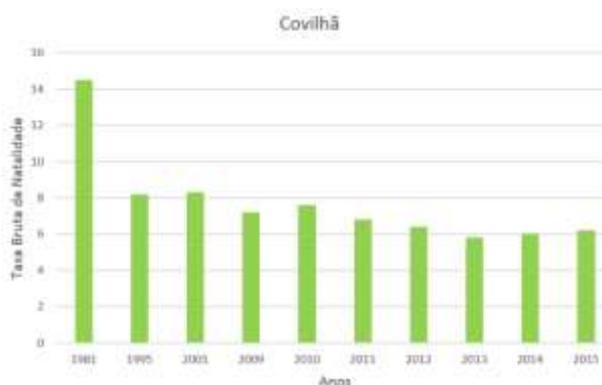


Figura 5.5: Taxa bruta de natalidade
Fonte: Pordata, 2017g

Apesar do ligeiro aumento na taxa de natalidade em 2015, o saldo natural do município continua a ser bastante negativo. Ainda assim, os dados relativos ao saldo migratório apresentam uma alteração relevante, com números que apesar de ainda negativos, apresentam

uma clara tendência positiva entre 2011 e 2015, possivelmente resultado das atuais políticas que procuram a fixação de população e a atração de investimento.

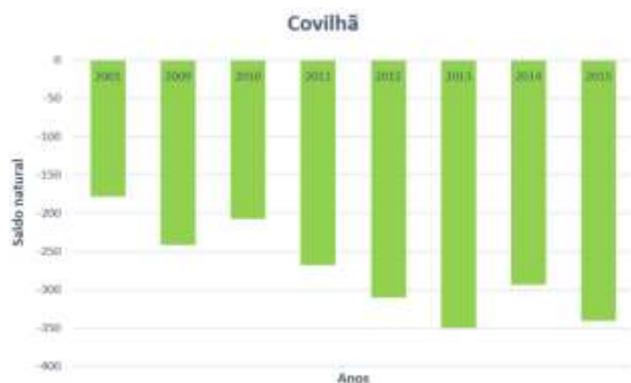


Figura 5.6: Saldo natural
Fonte: Pordata, 2017h

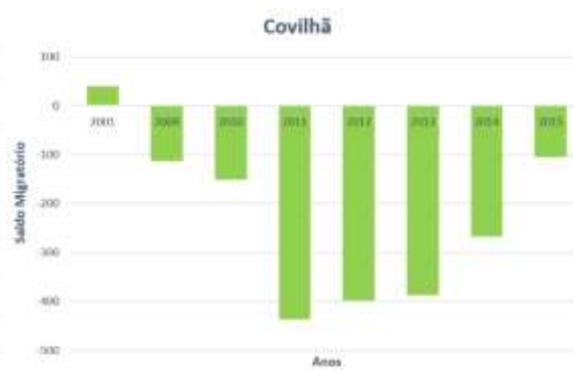


Figura 5.7: Saldo migratório
Fonte: Pordata, 2017i

A cidade da Covilhã tem procurado modernizar-se, aumentando a sua oferta cultural e procurando a criação de espaços atrativos para a população mais jovem, sendo de destacar a presença do Serra *Shopping*, que para além de inúmeras lojas inclui também cinema, e também de alguns espaços na área da restauração e do comércio, espalhados por toda a cidade, que procuram essencialmente criar comodidades para os jovens que frequentam a universidade, permitindo a sua fixação e a consequente revitalização da cidade.

A Universidade da Beira Interior é neste momento o foco de todas as atenções por parte dos moradores mais antigos da região, e é nela que se concentra grande parte da esperança numa regeneração a nível de população e de competitividade da cidade. A fixação de jovens é absolutamente necessária para contrariar as tendências crescentes de envelhecimento e despovoamento nas várias freguesias do concelho, e a presença de jovens especializados e que frequentam o ensino superior, representa uma oportunidade de criação de novos negócios e de empreendedorismo que poderá ter um efeito significativo no desenvolvimento da Covilhã.

Apesar da diminuição do protagonismo das fábricas, a produção têxtil continua ainda a ter um papel muito relevante na economia da Covilhã, e o valor acrescentado que é possível obter a partir de fábricas mais pequenas, com menos trabalhadores, mas mais especializadas e com matérias-primas de grande qualidade, é sem dúvida um dos pontos fortes do desenvolvimento económico da região.

Como forma de fazer face aos enormes problemas que surgem na cidade da Covilhã com o encerramento das fábricas de produção têxtil, surge a ideia de implementar na região uma instituição de ensino superior, de modo a que a população jovem não fosse obrigada a deslocar-se, muitas das vezes definitivamente.

Surge então em 1975 o Instituto Politécnico da Covilhã, que passaria em 1979 a tornar-se no Instituto Universitário da Beira Interior, e posteriormente, em 1986 na Universidade da Beira Interior.

Uma das particularidades desta Universidade foi a decisão de reabilitar e reutilizar os antigos edifícios fabris, dando uma nova vida ao património industrial da cidade, com um impacto ambiental mínimo e um enorme potencial urbanístico,

Manuel Silva, antigo reitor da UBI, descreve da seguinte forma o papel da Universidade na cidade da Covilhã: *“(...) a “Cidade da Lã e da Neve” (...) encontrou nesta instituição novos trilhos para o futuro: a captação e fixação de uma população mais jovem e altamente qualificada, a implementação de novas indústrias e serviços que a fizeram crescer em dimensão e qualidade de vida, a recuperação dos edifícios de outrora, em harmonia com novas construções, um conjunto de reconhecida beleza arquitetónica. Mas não se operaram apenas mudanças físicas: também as realizações culturais e científicas, organizadas quer pela própria Universidade, quer pelos organismos estudantis transformaram definitivamente os hábitos dos covilhanenses, acarretando para a região uma diversidade de culturas e um dinamismo nunca antes experimentado, que converteram a Covilhã numa verdadeira cidade universitária.”* (Silva, 2004: 9)

Aliado ao poder de atração de população da Universidade da Beira Interior, à criação de rendimento da indústria têxtil, e aos progressos que têm sido feitos na área da agricultura, a localização do concelho da Covilhã possui também um forte potencial turístico.

O turismo de inverno associado à Serra da Estrela é uma das mais importantes fontes de rendimento para os negócios do concelho. Ainda assim, durante os meses de verão a procura desce exponencialmente e apenas uma aposta na divulgação do turismo de montanha enquanto local de grande concentração de paisagens naturais e locais ideais para a prática de desporto e de atividades de lazer, ao invés de apenas um local com neve, poderá aumentar o interesse dos turistas em visitar a região fora dos meses de inverno.

Aliado ao turismo natural, o turismo cultural poderá também ser um fator atrativo para visitantes de outros pontos do país e do estrangeiro. A presença de diversas aldeias históricas na região permite a criação de roteiros que atraem investimento para locais altamente despovoados e muitas vezes em avançado estado de degradação.

O crescente aumento do turismo em Portugal deverá ser aliado à criação de ofertas turísticas diversificadas que permitam levar população e investimento a todo o país, ao invés da total concentração nas grandes cidades e na região do Algarve. O interior do país dispõe de um potencial que é habitualmente descurado, e o qual poderá ser uma importante fonte de desenvolvimento.

5.2 Análise e Discussão dos Resultados

5.2.1 A Evolução da Cidade

A Covilhã consegue neste momento casar uma economia tradicional, com as indústrias têxteis e de lanifícios, e a exploração mineira, com uma ‘nova economia’ focada nas novas tecnologias, destacando-se a presença do *Data Center* da PT e de várias outras empresas sediadas no parque empresarial da Covilhã e espalhadas por toda a cidade. Ambas estas formas de economia possuem um papel importante na criação de postos de trabalho e na geração de riqueza para o concelho.

De forma a entender a evolução que tem vindo a ocorrer na cidade da Covilhã, quer seja esta uma evolução positiva ou negativa, a recolha de informação incide particularmente na opinião dos habitantes da Covilhã, cuja vivência diária representa uma fonte de conhecimento ímpar, assim como nas informações obtidas através do contacto com o representante da governação local.

A observação participante e a entrevista permitiram identificar um conjunto de momentos marcantes da cidade.

A história da Covilhã organiza-se essencialmente em três momentos distintos. Começando no século XV a cidade adquire importância graças aos navegadores que de lá saíram e aos

instrumentos que estes descobriram, instrumentos que tiveram um papel preponderante nos descobrimentos portugueses. Num segundo momento, a Covilhã destaca-se em toda a Europa graças à sua produção têxtil, que com o processo de industrialização transforma a região num território onde predominam as fábricas, e onde existe uma grande abundância de postos de trabalho. Num passado mais recente, o fecho de grande parte destas fábricas dá origem ao declínio desta região, mas que recentemente tem sido compensado pelo forte dinamismo que a Universidade da Beira Interior consegue criar, atraindo população e alterando todo o território.

Apesar do declínio da indústria, a produção têxtil continua a ser uma das mais importantes fontes de rendimento do concelho. A presença de um número mais reduzido de fábricas permitiu a criação de produtos com mais valor acrescentado, e foi a partir da necessidade de especialização na área do setor têxtil que surge o Instituto Politécnico da Covilhã, que mais tarde dá origem à Universidade da Beira Interior. Existe uma ligação muito forte da população mais velha ao passado fabril da cidade. A grande importância das indústrias de lanifícios que entraram em declínio é um tema comum à grande maioria dos habitantes, existindo um forte sentimento de perda face a essa época onde as fábricas dominavam esta região.

A presença de alunos e professores de todo o país e também de vários outros locais do mundo tem sido um fator impulsionador para que a Covilhã tenha vindo a conseguir acompanhar os desenvolvimentos tecnológicos e a nova economia.

Os habitantes consideram que no anterior mandato existiu muito desenvolvimento na cidade, ao contrário do que sucedeu no mandato atual que termina este ano. Ainda assim, referem que o anterior desenvolvimento resultou numa situação de forte endividamento, prejudicando os esforços dos atuais representantes da autarquia.

Para além do envelhecimento da população, o envelhecimento das estruturas e do património edificado é uma preocupação. A regeneração urbana e a utilização dos edifícios antigos para novos fins é vista com bons olhos pela população, e já existem efetivamente sinais de mudança no património mais degradado, motivo de orgulho para os covilhanenses.

O declínio do comércio local após o aparecimento das grandes superfícies, e a concentração de equipamentos na parte baixa da cidade, conjugada com o estacionamento pago no centro histórico são as grandes preocupações das pessoas que continuam a manter as suas pequenas lojas no centro da cidade. Estas consideram que já sendo difícil competir com os novos

shoppings, a falta de estacionamento gratuito junto do comércio local irá acabar com todos os seus negócios. Outra das preocupações da governação local tem sido a regeneração urbana. Destacando-se uma tentativa clara de inverter o abandono do centro histórico da cidade, a requalificação de edifícios e a dinamização do mesmo através de projetos de animação territorial, com festivais ligados aos produtos locais, entre outras iniciativas

5.2.2 A Universidade na Cidade

Os inquéritos aos estudantes e professores da Universidade da Beira Interior permitiram recolher informação importante relativa ao papel da universidade na cidade.

Os alunos que atualmente frequentam a UBI, a sua grande maioria mudaram-se para a cidade da Covilhã para ingressar na universidade, sendo que mais de 80% dos mesmos não residia no distrito de Castelo Branco anteriormente.

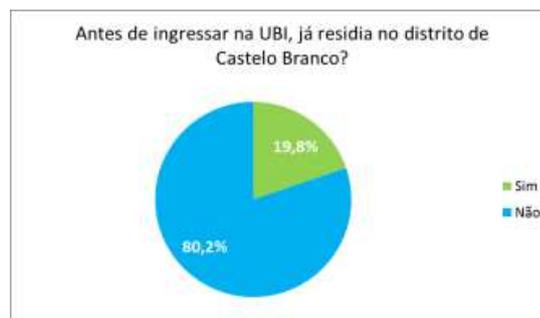


Figura 5.8: Proveniência dos alunos
Fonte: Inquérito, 2017

A oferta curricular é o principal motivo de escolha da Universidade da Beira Interior, tendo sido referida por cerca de metade dos alunos. O prestígio da instituição também é apontado como um forte motivo para a escolha, seguido da proximidade com o local de residência. Outros motivos incluem a recomendação de antigos e atuais estudantes da UBI, a qualidade do ensino e as médias.



Figura 5.9: Motivos de escolha da UBI
Fonte: Inquérito, 2017

Aos alunos da UBI foi ainda pedido que dessem a sua opinião relativamente a alguns dos serviços da cidade, de modo a que estes possam ser caracterizados. Através da análise do gráfico é possível perceber que existe uma grande diversidade nas opiniões dos 81 alunos, sendo que a relação entre o custo e qualidade de vida possui as avaliações mais positivas, enquanto os transportes e a oferta cultural apresentam resultados mais negativos. Não existe ainda assim uma preponderância de resultados muito negativos em nenhuma das áreas analisadas, destacando-se portanto um grau de satisfação relativamente positivo face ao atual estado dos serviços da cidade da Covilhã.

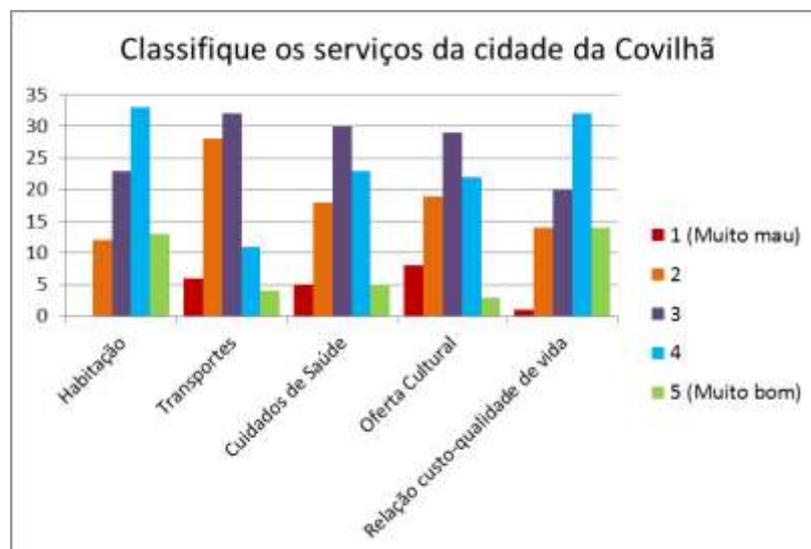


Figura 5.10: Satisfação com os serviços da cidade
Fonte: Inquérito, 2017

Os docentes da Universidade da Beira Interior destacam algumas das razões mais relevantes para que a UBI se tenha tornado uma forte referência na cidade, com grande capacidade de atração de novos alunos para a região. Para além dos protocolos e eventos que a universidade promove como forma de atrair novos alunos, a oferta diversificada em termos curriculares, a excelência do corpo docente, a divulgação ativa nas redes sociais, e também a promoção da imagem da própria cidade, como um sítio onde existe qualidade de vida, custos razoáveis, oportunidades de emprego após a conclusão dos estudos, e ainda a interioridade como um fator diferenciador.

Também a população local, destaca a Universidade. A revitalização da cidade graças à presença dos estudantes é destacada por todos os inquiridos, e é possível perceber que a vida da cidade se faz hoje em dia à volta esta instituição. Das 27 pessoas com as quais foi possível conversar, a grande maioria considera a Universidade como o grande ponto de referência na cidade, enquanto os restantes preferem destacar o passado fabril, ou a crescente aposta na agricultura.

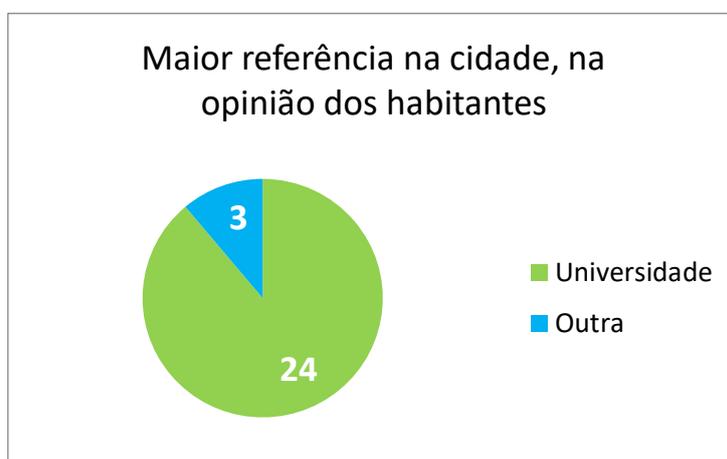


Figura 5.11: Referências da cidade
Fonte: Inquérito, 2017

Ainda que a presença da Universidade da Beira Interior seja extremamente positiva junto da população mais velha, existe também algum choque geracional, existindo várias pessoas que apontam o dedo à chamada falta de educação dos jovens, e a um excesso de liberdade que lhes causa alguma confusão.

Mesmo com o choque de gerações, a chegada dos jovens à Covilhã é vista como absolutamente necessária, e a eles é atribuído o facto de a cidade não se encontrar morta,

como esteve no passado. Dos 24 habitantes que anteriormente destacavam o papel da universidade na cidade, apenas dois consideram que este é negativo, contrastando com a opinião favorável generalizada.

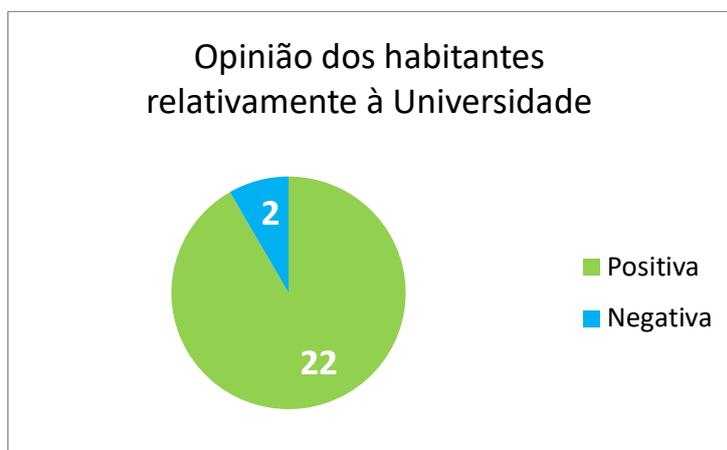


Figura 5.12: Opinião relativamente à universidade

Fonte: Inquérito, 2017

Quando questionadas sobre os serviços, ou a falta destes, os habitantes da Covilhã referem muito poucos aspetos negativos. Ainda que exista falta de algumas condições que se encontram nas grandes cidades, estas não são motivo suficiente para o descontentamento da população.

A governação local refere também a importância que o antigo Instituto Politécnico de Covilhã teve na transformação de aquela que era uma cidade industrial, numa cidade universitária, acolhendo anualmente cerca de 7000 alunos, cerca de 80% destes provenientes de locais a mais de 50km da Covilhã.

5.2.3 O Papel da Cidade no Território

A questão central deste trabalho prende-se com o papel das cidades médias no território onde estão inseridas, de modo que perceber a importância da cidade da Covilhã para a sua região envolvente assume grande relevância. De forma a melhor perceber este papel, são apresentadas as opiniões dos professores inquiridos.

A totalidade dos professores inquiridos considera que a Universidade da Beira Interior tem um papel de relevância face à tentativa de atrair população jovem para que esta se fixe não só na Covilhã, mas também nos territórios do interior do país.

A autarquia tem procurado apostar na diversificação das atividades económicas, tentando revitalizar áreas que até então tinham sido descuradas, como a agricultura e a agroindústria. A Covilhã já possui neste momento uma posição muito relevante na produção de alguns produtos agrícolas, como o pêsego ou a cereja, sendo que estas explorações agrícolas se encontram dispersas no território, potenciando o desenvolvimento do mesmo.

O desenvolvimento do turismo adquire também especial relevância para algumas aldeias históricas do concelho, onde não seria viável a implementação de indústrias, devido à escassez de população ativa. A Covilhã aderiu recentemente à rede de aldeias de montanha, de forma a qualificar o produto turístico destas aldeias que se encontram em muitos casos, esquecidas.

O desenvolvimento da Covilhã representa portanto um potencial importante para os territórios adjacentes. Aquilo que será positivo para a Covilhã será necessariamente positivo para os territórios limítrofes, e vice-versa. Todo o desenvolvimento tem um impacto a nível regional, e deste modo torna-se extremamente importante pensar o território como um todo, a visão estratégica de desenvolvimento regional não pode nem deve terminar nas fronteiras do concelho.

A autarquia defende que a complementaridade deverá ser o modo de inverter os problemas criados pela falta de recursos. Não existindo a possibilidade de todos os concelhos da região concentrarem em si todos os serviços, a complementaridade entre os mesmos deve ser valorizada, tornando assim essencial uma mobilidade facilitada entre os diversos territórios.

5.2.4 Visões Sobre o Futuro da Cidade

Após a análise da evolução recente da cidade e da sua situação atual, importa perceber quais são as perspetivas para o seu futuro, e consequentemente para o futuro da região a que pertence.

Cerca de 70% dos alunos da UBI não consideram continuar a residir na área da Covilhã após completar os seus estudos, sendo que a razão mais apontada para esta decisão é a distância da família e dos amigos, este motivo pode ser facilmente compreendido uma vez que 80% dos alunos não reside no distrito, existindo portanto uma vontade de voltar aos seus locais de origem. Outras razões para a decisão de abandonar a Covilhã são a falta de oportunidades de emprego, a preferência por grandes cidades e também outros motivos como ofertas de trabalho noutros pontos do país, ou a vontade de regressar aos seus locais de origem. Por outro lado, os cerca de 30% dos alunos que pretendem continuar a viver na Covilhã apresentam como principal motivo o estilo de vida, seguido da proximidade da família e dos amigos, da existência de oportunidades de emprego, e por fim o sentimento de pertença. Esta ausência de interesse em permanecer na Covilhã após o fim dos estudos pode representar um problema para o futuro, uma vez que existe urgência em fixar população jovem e qualificada no interior. Ainda assim, muitos são os fatores que podem inverter esta tendência.



Figura 5.13: Intenção de continuar a residir na Covilhã
Fonte: Inquérito, 2017

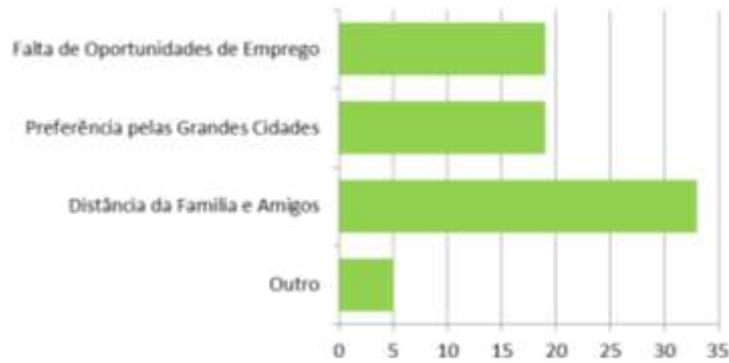


Figura 5.14: Motivos que sustentam a decisão de não continuar a residir na Covilhã
Fonte: Inquérito, 2017



Figura 5.15: Motivos que sustentam a decisão de continuar a residir na Covilhã
Fonte: Inquérito, 2017

Relativamente ao futuro dos territórios rurais e das cidades do interior de Portugal, os professores da UBI apresentam respostas diversas. Metade dos inquiridos considera que considerando o atual panorama nacional, e a falta de políticas relevantes para o interior, não existirá futuro, enquanto os restantes consideram que pode existir, através da promoção das mais-valias destes territórios, como o custo de vida, a tranquilidade, a qualidade dos serviços e a qualidade de vida em geral.

Segundo a opinião de alguns habitantes locais, uma forma de dinamizar mais a região seria a tentativa de potenciar o turismo durante todo o ano, ao invés de apenas nos meses de inverno. Um dos grandes entraves à chegada de turistas continua a ser o custo das portagens que dão acesso à cidade.

Todos os covilhanenses com os quais foi possível conversar, nos mais diversos locais e ocasiões, afirmam sem hesitar que no futuro jamais considerariam trocar a Covilhã por uma grande cidade, como Lisboa ou Porto.

A governação local da Covilhã procura também integrar o potencial turístico como estratégia para o futuro, não descurando um crescimento que respeite o meio ambiente, sustentável e autossuficiente, tendo capacidade de gerar riqueza e empregos, e proporcionar desenvolvimento e bem-estar à população.

O desenvolvimento passa muitas vezes pela qualificação de produtos que já existem, potenciando a produção local, os saberes, as tradições o conhecimento que existe junto das populações.

A câmara municipal da Covilhã reconhece especial importância num desenvolvimento integrado, que procure atrair pessoas e criar fontes de rendimento que permitam à população permanecer nas suas freguesias.

A concentração de serviços municipais no centro é também uma tentativa de levar a população ao centro histórico e potenciar o seu comércio, onde já se notam diversas diferenças, nomeadamente a abertura de lojas por parte de população jovem que ajudam na revitalização dos negócios mais tradicionais.

A mobilidade é um dos problemas que a autarquia gostaria de resolver futuramente caso exista o financiamento necessário. A mobilidade entre os vários concelhos e dentro das freguesias ainda é muito limitada, existe a necessidade de criar uma ligação direta a Coimbra, e os custos das autoestradas que servem o município, entre as mais caras da Europa, que afastam os turistas e impedem a movimentação da população.

O Estado Central tem também um papel importante na tentativa de criar emprego e fixar pessoas nos territórios do interior. Não existe hoje objetivamente uma razão para que todos os organismos centrais do estado estejam concentrados em Lisboa, as novas tecnologias permitiriam uma descentralização que iria beneficiar em larga escala estes territórios.

A cooperação entre a governação local e a Universidade da Beira Interior poderá ser o grande promotor do desenvolvimento e da fixação de população no concelho. A criação de projetos de inovação social, cultural e empresarial permite envolver os jovens que frequentam a universidade na vida da cidade, e criar laços e oportunidades que lhes permitam continuar a residir na Covilhã, ou até fazer da cidade a sua nova casa.

VI. Conclusão

A presente investigação procurou analisar de que forma as cidades médias podem contribuir para o desenvolvimento dos territórios rurais onde estão inseridas, através da análise de locais semelhantes em diversos países, da realidade portuguesa, e da cidade da Covilhã de modo particular, como caso de estudo que pretende exemplificar algumas das práticas e dos caminhos a seguir, rumo ao desenvolvimento e à coesão territorial.

Os grandes temas deste trabalho prendem-se essencialmente com a evolução recente dos territórios rurais e as suas tendências de futuro atuais, a relevância apresentada pelas universidades situadas fora dos principais centros urbanos, e também a situação atual dos territórios rurais do interior de Portugal, e consequentemente da existência, ou não, de coesão territorial e de estratégias sustentadas para estes territórios.

Numa primeira fase deste trabalho, são abordados os territórios rurais de um modo geral, analisando as suas limitações e essencialmente as suas enormes potencialidades, ainda pouco exploradas, pretendendo chamar a atenção para o potencial endógeno destes locais, e refutar a ideia de que se tratam de territórios sem futuro.

Os conceitos de desenvolvimento e a sua evolução constante são também um dos mais importantes fatores explorados neste estudo, dada a crescente aproximação destes conceitos a uma realidade muito próxima da ideia de ruralidade, principalmente presente nas noções de desenvolvimento sustentável, local, ou integrado. A reformulação dos conceitos de desenvolvimento afastou grande parte das ideias puramente economicistas, e a riqueza natural dos territórios, assim como a participação e entreaajuda da população ocupam agora um lugar central, que é cimentado à medida que surgem também conceitos alternativos ao

desenvolvimento, tendo especial relevância o facto de surgirem maioritariamente em locais muitas vezes ignorados, predominantemente rurais.

Aliada à ruralidade e ao desenvolvimento dos territórios rurais, as cidades médias são o ponto central desta investigação, reconhecendo o seu papel de extrema importância na inovação, na renovação, e no desenvolvimento territorial. As cidades de média dimensão funcionam como polos de atração no centro dos territórios despovoados e subdesenvolvidos, sendo a sua presença fulcral para a evolução das regiões onde se inserem.

O desenvolvimento das cidades médias e a interligação entre as mesmas permite a criação de uma rede que distribui de alguma forma os recursos que tenderiam a ficar concentrados num único local, comprometendo as necessidades das áreas circundantes. Dada a extrema concentração de serviços e recursos nas grandes cidades do litoral do país, as cidades médias do interior de Portugal adotam uma estratégia de complementaridade que lhes permite contrariar esta tendência e aumentar a coesão territorial nestes locais, enquanto a mesma é cada vez menor entre o litoral desenvolvido e o interior desprezado pelo Estado central e alvo de políticas públicas sem resultados evidentes.

De forma a exemplificar esta temática, foram utilizadas abordagens metodológicas de natureza qualitativa junto da população da cidade da Covilhã, tendo sido utilizados inquéritos junto de alunos e docentes da Universidade da Beira Interior e de habitantes locais, entrevistas a habitantes locais e à governação local, e também observação participante.

Através da análise dos resultados obtidos por esta investigação no terreno, alicerçados na investigação teórica prévia, é assim possível afirmar que as cidades médias do interior possuem um papel de extrema relevância no desenvolvimento do território, em particular os territórios rurais que as rodeiam.

A resposta à pergunta inicial - “de que forma contribuem as cidades médias para o desenvolvimento do território rural?” – torna-se assim bastante clara. As cidades médias contribuem em larga medida para o desenvolvimento do território rural, atraindo investimento, atraindo população, formando população qualificada, e distribuindo recursos nos territórios menos desenvolvidos.

A presença de instituições de ensino superior ou de polos industriais ou tecnológicos, permite a atração de população jovem e qualificada e o desencadear de processos de inovação e de

atração de investimento externo, revitalizando os centros históricos, a cidade, e posteriormente os territórios adjacentes.

A governação local deve procurar utilizar os recursos que são gerados nas cidades médias para alavancar a evolução e o desenvolvimento das pequenas vilas e aldeias que constituem o território circundante, e apoiar iniciativas de base local que permitam gerar inovação através de processos participativos e que promovam a regionalidade.

A cidade da Covilhã trata-se de um exemplo concreto desta realidade. A Universidade da Beira Interior possui um papel fulcral no desenvolvimento do território, em conjugação com as parcerias que desenvolve com os atores locais e com a governação local. O desenvolvimento da cidade tem vindo a exercer uma influência positiva nos territórios que a rodeiam e a complementaridade entre as mais importantes cidades da região é uma estratégia que deverá permitir a continuação das tendências de desenvolvimento territorial.

As pequenas vilas e aldeias do interior dependem em larga medida da presença destas cidades no território e do trabalho que nelas é desenvolvido de modo a proporcionar melhorias na qualidade de vida das suas populações. Os grandes centros urbanos do litoral dificilmente podem fazer a diferença na vida dos habitantes do interior do país, apesar dos seus fortes recursos, uma vez que se encontram desligados da realidade destes territórios. As cidades médias são portanto o ponto de propagação do desenvolvimento de que os territórios rurais necessitam.

Futuramente, de forma a aprofundar o estudo desta problemática, é essencial a análise de novos casos de estudo, procurando perceber se cidades de dimensão e características semelhantes possuem os mesmos problemas e estratégias de desenvolvimento; a comparação entre cidades que possuem importantes instituições de ensino superior e cidades que possuem outro tipo de valências; desenvolver uma metodologia que permita avaliar o real impacto da presença de universidades e institutos politécnicos em territórios predominantemente rurais; desenvolver uma metodologia que permita avaliar o real impacto do desenvolvimento das cidades médias nos territórios onde se inserem; propor medidas que auxiliem o desenvolvimento destas regiões.

Bibliografia

- Abramovay, Ricardo (2000), “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”, *Economia aplicada*, 4 (2), pp. 379-397.
- Abramovay, Ricardo e Luiz Filho (2004), “Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais”, *Nova Economia*, 14 (3), pp. 35-70.
- Acosta, Alberto (2010), “El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo. Una lectura desde la Constitución de Montecristi”, *Policy Paper*, 9 (5), pp. 1-36.
- Albrechts, Louis (1991), “Changing roles and positions of planner”, *Urban Studies*, 28 (1), pp. 123-137.
- Amaro, Rogério (2004), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, Lisboa, ISCTE.
- Amaro, Rogério (2009), “Desenvolvimento Local”, em Antonio Cattani *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.
- Armas, Francisco e Carlos Macía (2015), “Desenvolvimento rural e sociedade da informação em Portugal. Análise do fosso digital de segunda geração na região Norte.”, *Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território*, 7, pp. 65-83.
- Barca, Fabrizio (2006), “TDPC Chairman’s Statement”, em OECD (org.), *Rural Policy Reviews: The New Rural Paradigm*, Paris, OCDE Publishing.
- Bjarnason, Thoroddur e Ingi Edvardsson (2017), “University pathways of urban and rural migration in Iceland.”, *Journal of Rural Studies*, 54, pp. (244-254)
- Briedenhann, Jenny e Eugenia Wickens (2004), “Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas—vibrant hope or impossible dream?”, *Tourism management*, 25 (1), pp. 71-79.
- Carmo, Renato (2006), “Cidades Médias: do crescimento demográfico à consolidação territorial.”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 12/13, pp. (69-82).
- Carmo, Renato (2008), “From scale to territory: toward a critical theory of polycentrism.”, *Análise Social*, 43 (189), pp. 775-793.
- Carvalho, Paulo (2003), “Património e (re)descoberta dos territórios rurais.”, *Boletim Goiano de Geografia*, 23 (2), pp. 173-196.
- Costa, Eduarda (2000), *Cidades Médias e Ordenamento do Território: O Caso da Beira Interior*, Dissertação de Doutoramento em Geografia – Planeamento Regional e Local, Lisboa, Faculdade de Letras.

- Costa, Eduarda (2002), “Cidades Médias: Contributos para a sua definição.”, *Finisterra*, 307 (74), pp. 101-128.
- Covas, António (1997), *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural.
- Covas, António (1999) *As Amenidades Rurais: Um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas*, Lisboa, Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural.
- Covas, António (2005), “Desenvolvimento rural: um future promissor – Uma Carta de Princípios e um Centro de Desenvolvimento Rural para o Interior do Algarve.”, *Faculdade de Economia da Universidade do Algarve*, 2, pp. 77-87.
- Covas, António (2007) *Ruralidades: Temas e problemas do mundo rural*, Faro, Universidade do Algarve.
- Covas, António (2016), “A Ruralidade do Século XXI – em Busca do Lado Virtuoso da Baixa Densidade: From Scale to Scope”, em António Neves (org.), *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Espírito Santo, Paula (2015), *Introdução à metodologia das ciências sociais - Génese, fundamentos e problemas*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Favareto, Arilson (2010), “As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações.”, *Desenvolvimento em Debate*, 1 (2), pp. 47-63.
- Ferrão, João (2000), “Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro.”, *EURE (Santiago)*, 26 (78), pp. 123-130.
- Ferrão, João (2016), “As Geografias Rurais do Antropoceno: Ainda uma Terra Incognita?”, em António Neves (org.), *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Ferrão, João *et al* (1994), “Repensar as cidades de média dimensão.”, *Análise Social*, 24 (129), pp. 1123-1147.
- Figueiredo, Elisabete (2003), “Sol na Eira e Chuva no Nabal - Que rural propõem as políticas de desenvolvimento?”, comunicação apresentada no *V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais - Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*, 23 e 24 de Outubro de 2003, Bragança.

- Galdeano-Gómez, Emilio *et al* (2011), ‘‘The Complexity of Theories on Rural Development in Europe: Na Analysis of the Paradigmatic Case of Almería (South-east Spain)’’, *Sociologia Ruralis*, 51 (1), pp. 54-78.
- Galvão, Maria e Nicole Vareta (2010), ‘‘A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento.’’, *Cadernos: Curso de Doutorado em Geografia*, 2, pp. 61-86.
- Garrod, Brian *et al* (2006), ‘‘Re-conceptualising rural resources as countryside capital: The case of rural tourism.’’, *Journal of rural studies*, 22 (1), pp. 117-128.
- Gudynas, Eduardo e Alberto Acosta (2011), ‘‘La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa.’’, *Utopía y praxis latino-americana*, 16 (53), pp. 71-83.
- Guerreiro, João (2016), A Difícil Afirmação das Regiões Periféricas e a Valorização dos Recursos Territoriais: o Papel das Instituições de Ensino Superior, em António Neves (org.), *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Hall, Charles (2004), ‘‘The myth of sustainable development: Personal reflections on energy, its relation to neoclassical economics, and Stanley Jevons.’’, *Journal of Energy Resources Technology*, 126 (2), pp. 85-89.
- Hamdouch, Abdelillah *et al* (2016), ‘‘The Socio-economic Profiles of Small and Medium-sized Towns: Insights from European Case Studies’’, *Royal Dutch Geographical Society*, 0 (0), pp. 1-16.
- Henriques, José (2016), ‘‘Coesão territorial, resiliência e inovação social: O programa rede social.’’, em António Neves (org.), *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Cox, Ed e Sarah Longlands (2016), ‘‘City systems: The Role of Small and Medium-sized Towns and Cities in Growing the Northern Powerhouse’’ (online), consultado em 29/05/2017. Disponível em: https://www.ippr.org/files/publications/pdf/city-systems_June2016.pdf
- Lopes, Manuel (2012), *Atracção de investimento numa cidade do interior: Portugal Telecom – Data Center na Covilhã*, Dissertação de Mestrado em Gestão, Lisboa, ISCTE.
- MacDonald, Roberta e Lee Jolliffe (2003), ‘‘Cultural rural tourism: Evidence from Canada.’’, *Annals of Tourism Research*, 30 (2), pp. 307-322.

- Mamani, Fernando (2010), *Buen vivir/Vivir bien: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*, Lima, Coordinadora Andina de Organizaciones Indígena.
- Marques, Teresa (2003), “Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais.”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 19 (1), pp. 507-521.
- Moreno, Luís (2003), “A animação do desenvolvimento de áreas desfavorecidas em Portugal: das incidências segmentadas às abordagens territoriais.”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 19 (1), pp. 309-317.
- Neto, Paulo e Manuela Natário (2009), “O novo paradigma de desenvolvimento rural: Os polos de excelência rural.”, *Universidade de Évora, CEFAGE-EU*, pp. 1-24.
- OCDE (2006), *The New Rural Paradigm*, Paris, OCDE Publications.
- OCDE (2015), *New Rural Policy: Linking up for growth*, Paris, OCDE Publications.
- ONU (1987), *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*, Oxford, Oxford University Press.
- Pais, Carina e Bruno Gomes (2008), “O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior.”, Comunicação apresentada no VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais – Cultura, Inovação e Território, 23 a 25 de Outubro de 2008, Coimbra.
- Pedroso, Paulo (1998), *Formação e desenvolvimento rural*, Oeiras, Celta.
- Peer, Verena e Gernot Stoeglehner (2012), “Universities as change agents for sustainability – framing the role of knowledge transfer and generation in regional development processes”, *Journal of Cleaner Production*, 44, pp. (85-95).
- Pinto, Ana (2011), *Pensar os Territórios Rurais - Paisagem, Planeamento e Desenvolvimento em Sever do Vouga*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Coimbra, Faculdade de Letras.
- Pordata (2017a) Estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural (online), consultado em 27/04/2017. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Estabelecimentos+de+turismo+de+habita%c3%a7%c3%a3o+e+de+turismo+no+espa%c3%a7o+rural+total+e+por+tipo+de+estabelecimento-2607>

- Pordata (2017b) Dormidas nos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural (online), consultado em 27/04/2017. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Dormidas+nos+estabelecimentos+de+turismo+de+habita%c3%a7%c3%a3o+e+de+turismo+no+espa%c3%a7o+rural-2615>
- Pordata (2017c) População residente (online), consultado em 27/04/2017. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
- Pordata (2017d) Densidade populacional (online), consultado em 27/04/2017. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
- Pordata (2017e) Índice de dependência de idosos (online), consultado em 27/04/2017. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
- Pordata (2017f) Índice de dependência de jovens (online), consultado em 27/04/2017. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
- Pordata (2017g) Taxa bruta de natalidade (online), consultado em 27/04/2017. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
- Pordata (2017h) Saldo natural (online), consultado em 27/04/2017. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
- Pordata (2017i) Saldo migratório (online), consultado em 27/04/2017. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>
- República Portuguesa (2016), “Programa Nacional para a Coesão Territorial” (online), consultado em 08/06/2017. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/22225896/20161020-pnct-1-144.pdf>
- República Portuguesa (2017a), “Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural” (online), consultado em 17/07/2017. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mafdr/equipa.aspx>
- República Portuguesa (2017b), “Ministro do Planeamento e das Infraestruturas” (online), consultado em 17/07/2017. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mpi/equipa.aspx>

- República Portuguesa (2017c), “Programa Nacional Para a Coesão Territorial: Ponto de Situação Semestral” (online), consultado em 23/06/2017. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/29439275/ponto_situacao_semestral.pdf
- Rolo, Joaquim e Francisco Cordovil (2014), *Rural, Agriculturas e Políticas*, Lisboa, Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.
- Santos, Norberto e Lúcio Cunha (2007), “Novas oportunidades para o espaço rural – Análise exploratória no centro de Portugal”, Comunicação apresentada no *VI Congresso da Geografia Portuguesa*, 17 a 20 de Outubro de 2007, Lisboa.
- Silva, Ângela *et al* (2010), “Estratégias de eficiência colectiva em territórios de baixa densidade: reflexões a propósito do Minho-Lima e do Tâmega.”, Comunicação apresentada no *XXI Colóquio Ibérico de Geografia*, 6 a 9 de Outubro de 2010, Porto.
- Silva, Luís (2012), “Built heritage-making and socioeconomic renewal in declining rural areas: evidence from Portugal.”, *Etnográfica: Revista Do Centro De Estudos De Antropologia Social*, 16 (3), pp. 487-510.
- Silva, Luís e Elisabete Figueiredo (2013), *Shaping Rural Areas in Europe*, Londres, Springer Science & Business Media.
- Silva, Manuel (2004), Introdução em Bartolomeu Cabral, *A Universidade e a Cidade*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.
- Silveira, Manuela (2011),” Desenvolvimento X Buen Vivir: Concepções De Natureza E Tensões Territoriais No Equador Plurinacional.”, *Revista Geográfica de América Central*, 2 (47E), pp. 1-17.
- Sousa, Vanessa (2007), “A Construção de Identidades Urbanas como Fator de Repulsão dos Territórios Rurais: O caso dos jovens da Freguesia de Cachopo – Tavira”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, 15, pp. 101-115.
- Spradley, James (1980), *Participant observation*, Illinois, Waveland Press.
- Terras da Beira (2016), “Instituições de Ensino Superior da Beira Interior unidas para intervenção na velhice” (online), consultado em 18/04/2017. Disponível em: <http://terrasdabeira.gmpress.pt/instituicoes-de-ensino-superior-da-beira-interior-unidas-para-intervencao-na-velhice/>
- Thiele, Leslie (2013), *Sustainability*, Cambridge, Polity Press.
- United Nations Economic Commission for Europe (2009) *Measuring Sustainable Development*, Nova Iorque e Genebra, United Nations.

- ESPON (2006), ‘‘Urban-rural relations in Europe’’ (online), consultado em 19/05/2017. Disponível em: https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/fr-1.1.2_revised-full_31-03-05.pdf
- Vaz, Domingos (2004), ‘‘As cidades do interior e as estratégias ausentes – Uma observação a partir da cidade da Covilhã’’, *Cidades – Comunidades e Territórios*, 8, pp. 21-33.
- Veiga, José (2007), ‘‘The future of rurality under globalization’’, *Dialogues in Urban and Regional Planning*, 2, pp. 127-144.
- Westhoek, Henk *et al* (2006), ‘‘Scenario development to explore the future of Europe's rural areas.’’, *Agriculture, ecosystems & environment*, 114 (1), pp. 7-20.
- Westlund, Hans e Kiyoshi Kobayashi (2013), *Social Capital and Rural Development in the Knowledge Society*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- Wilson, Suzanne *et al* (2001), ‘‘Factors for success in rural tourism development.’’, *Journal of Travel research*, 40 (2), pp. 132-138.

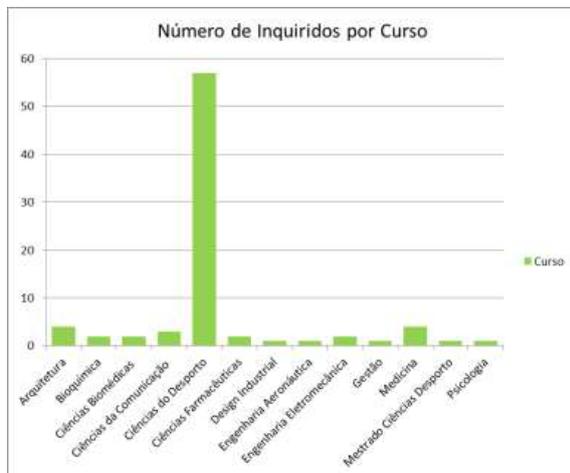
Anexos

Anexo A – Inquérito aos alunos da UBI

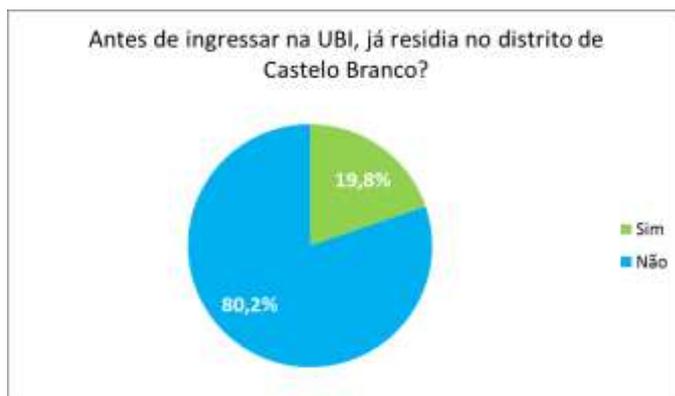
1- Idade:



2- Curso:



3- Antes de começar os seus estudos na Universidade da Beira Interior, já residia no distrito de Castelo Branco?



4- Quais foram os motivos para escolher a UBI?



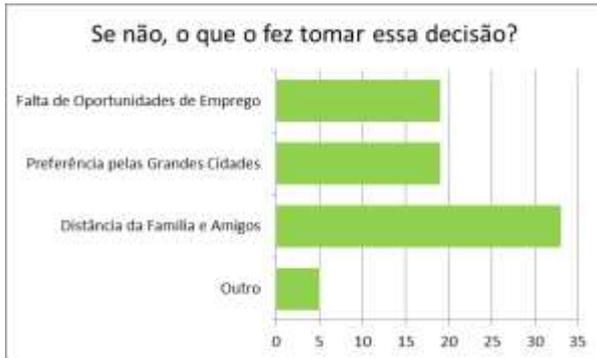
5- Após terminar os estudos, considera continuar a residir na área da Covilhã?



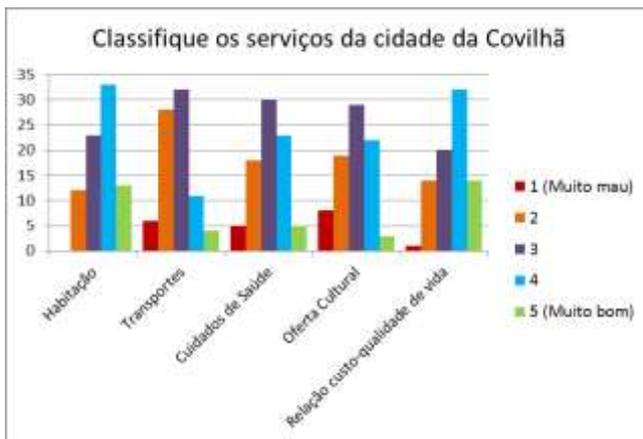
6- Se sim, o que o fez tomar essa decisão?



7- Se não, o que o fez tomar essa decisão?



8- Classifique os seguintes serviços da cidade da Covilhã:



Anexo B – Inquérito aos docentes da UBI

- 1- Quão relevante considera ser o papel da UBI na fixação de população jovem na Covilhã?
 - a) Muito importante.
 - b) Muito relevante.
 - c) Fulcral.
 - d) Alguma relevância.
 - e) Algo importante.
 - f) Fundamental.
 - g) Decisivo para poder criar condições para o desenvolvimento da cidade e da região.
 - h) Muito importante, diria que é o fator com mais importância.

- 2- De que forma procura a UBI atrair novos alunos?
 - a) Protocolos, seminários, visitas.
 - b) Alunos estrangeiros.
 - c) Muitas iniciativas.
 - d) Divulgação da investigação e de programas na comunidade.
 - e) Através de oferta diversificada e apelativa de cursos e bons professores da UBI.
 - f) A perceção que tenho enquanto docente é que a UBI está a procurar sinalizar nomeadamente através das redes sociais, notícias de jornal, site da UBI, feiras, entre outras a divulgação de forma mais atrativa dos acontecimentos de relevo em termos científicos, de projetos e eventos de ligação com a comunidade, da sua própria classificação nos rankings em termos mundiais.
 - g) Através da qualidade do ensino e investigação, bem como a proximidade com os alunos.
 - h) Existem apoios sociais, e também através da difusão da imagem da cidade e das suas qualidades, como o custo de vida, oportunidades de emprego direto, e a interioridade como fator diferenciador.

- 3- Considera que existe um futuro para os territórios rurais portugueses e para as cidades do interior?
 - a) Sim, completamente.
 - b) Talvez.
 - c) Pouco se não existirem políticas para tal.
 - d) Pouco considerando o panorama atual.
 - e) Sim.
 - f) A curto prazo penso que não. Talvez a médio prazo a tendência seja diferente.
 - g) Claro. Há que aproveitar as mais-valias como a proximidade, disponibilidade, tempo, recursos.
 - h) Sim, claro. Existem alguns sinais, mas a tranquilidade, o custo de vida, e os bons serviços e cuidados de saúde valem a pena.

Anexo C – Entrevistas aos habitantes da Covilhã

Sr. Fonseca

M – O que pensa da evolução da Covilhã nestes 44 anos?

F – A Covilhã de há 44 anos não tem nada a ver com a Covilhã de agora. Naquela altura não se ouvia falar em Universidade, ouvia-se falar era só em fábricas, era o que havia era lanifícios. Até que a minha primeira profissão foi na área da eletricidade onde fazia rebobinagem de motores. Com o desaparecer das fábricas, aquela profissão ficou em risco, mais a mais com a implantação de grandes superfícies comerciais onde os eletrodomésticos é mais barato comprar novo do que reparar, daí que tive que dar um salto, portanto venho de eletricitista de rebobinagem de motores para vidraceiro e moldureiro.

Agora, se me pergunta se é melhor viver aqui agora nesta altura ou se era melhor naquela, há uma transição tão grande tanto na mudança da cidade como do país, mas respondendo em concreto, para mim considero que a vida aqui é melhor agora, apesar de toda a gente se queixar que isto que está mal, antigamente é que se estava mal. Os meus primeiros carrinhos para brincar fui eu que os fiz, hoje os miúdos são encharcados de brinquedos que já nem lhes ligam, não dão valor. Portanto como vê, acho que assim muito resumidamente, de certeza que se vive muito melhor agora do que naquela altura em que eu vim para cá. A diferença é tão grande que nem tenho explicação para ela.

M – Acha que é bom viver aqui?

F – É.

M – Prefere viver aqui do que, por exemplo, em Lisboa?

F – Quantas vezes mais. Trabalho aqui e ainda vou para a minha terra, e ainda há mais sossego. E não troco. Já tentei ir para França, e ao fim de dois contratos vim-me embora, não me adaptei. Não largo a minha terra.

D. Maria do Céu

M – Acha que tem havido uma evolução positiva aqui na Covilhã ao longo dos anos ou acha que há algumas coisas que têm ficado um bocadinho pior?

C – A universidade veio dar vida à cidade. As fábricas foram para outros países mais pobres, e a universidade é que tem dado vida à Covilhã.

M – É bom ter cá a população jovem?

C – É, é.

M – E gostava que ficassem mais jovens aqui na cidade?

C – Às vezes não sei, a população jovem está muito mal criada. É só palavrões que dizem e eu fico muito triste, sabe, o 25 de abril fez-se para termos liberdade mas não é esta liberdade que se encontra agora nos jovens.

M – Se eles fossem bem-educados eram mais bem-vindos, não é?

C – Sim, sim. Depende da educação que lhes dão em casa.

M – E para além da universidade, acha que há mais alguma coisa que tenha procurado revitalizar a Covilhã?

C – Sim, a autarquia.

M – Tem feito um bom trabalho?

C – Tem Feito. Outrora. Esta não. Neste mandato não encontro nada. Está na mesma do que ficou do anterior.

M – Mas nos anteriores notou algumas diferenças...

C – Sim, notei. Houve muito desenvolvimento.

M – Gosta de viver aqui na Covilhã?

C – Muito.

M – Não trocava isto por outro sítio...

C – Nada, nem pensar.

Sr. Isac

M – O que é que o senhor pensa da evolução da Covilhã? Acha que tem vindo a melhorar?

I - Ficar melhor tem ficado. Mas precisava de outras coisas, enfim, isso era uma conversa para muitas horas

M – Pode-me dar um exemplo de alguma coisa que pense que faça muita falta aqui e ainda não têm?

I – Por exemplo, a cidade está a ficar velha. Em termos físicos, precisava de ser reestruturada, os prédios estão todos praticamente degradados e as edilidades máximas da cidade deviam preservar essas situações, são coisas históricas e marcam o evoluir ou não de uma cidade. Os edifícios que estão a ficar todos degradados necessitam de intervenção como se verifica

noutras cidades, onde aproveitam o antigo. Porque o modernismo é todo muito bonito, mas o passado não se pode esquecer.

M – Acha que o que fizeram com a universidade, com a utilização dos edifícios das antigas fábricas, é uma boa ideia...

I – Sim, sim. Se não fosse a universidade neste momento a cidade da Covilhã seria talvez uma cidade fantasma. E os estudantes vieram dar alma à cidade. Ainda que, no meio disso tudo há sempre uns desvarios, isso faz parte da juventude.

M – A juventude é bem-vinda, mas com moderação...

I – Com moderação, exatamente.

Sr. João

M – Acha que a cidade tem vindo a evoluir de uma forma positiva, está melhor do que há uns anos atrás?

J – Para mim, pelo facto de haver menos fábricas de lanifícios, já andou para trás. Esta é a minha opinião. De resto, tem a universidade, o movimento que a universidade trás, e por exemplo aos fins de semana nota-se logo uma quebra.

M – No geral, a criação da universidade é positiva?

J – Sim. Eu gosto da cidade, sinto-me bem aqui. Só que pronto, gostava de a ver melhor claro.

M – Mas não trocava esta cidade por uma cidade maior...

J – Talvez não, talvez não. Há momentos em que dizemos que estamos fartos disto, mas dez minutos depois já mudamos de opinião.

M – Aqui vive-se melhor?

J – Sim. Para mim, sim. Estamos perto de tudo, há de tudo.

M – Não acha que existe falta de alguma coisa, que ainda seja preciso ir muito longe...

J – Falta de coisas há sempre, mas de um modo geral não há razão de queixa. Noto de facto que quando eu comecei a trabalhar aos 12 anos, havia um movimento espetacular de trabalhadores da indústria dos lanifícios, e isso entristece-me um bocado. Isso sim, entristece-me, ver as ruínas das fábricas. De resto, não vejo assim mais nada de especial. Aqui há de tudo, temos a farmácia, o mercado, o *shopping*, é o que importa. Estamos perto de tudo, do hospital, do centro de saúde, até da cadeia.

M – Aquilo que falta não é suficiente para o fazer pensar em sair da Covilhã?

J – Não. A mim não, estou cá muito bem. Depois deixava de ver os meus amigos, e fazem muita falta.

M – Há um espírito de companheirismo aqui, que não existe nas grandes cidades...

J – Quase familiar. Coisa que já se vê pouco.

D. Dulce

M – Gostava de saber a sua opinião sobre a evolução da Covilhã, se acha que tem melhorado, se há algumas coisas que ainda não estão muito bem...

D – É assim, tudo como nós queremos nunca está, não é. E com a crise que existe, mesmo que existam projetos acaba por ficar tudo na gaveta porque não há dinheiro para nada. É logico que gostaríamos que a Covilhã estivesse um pouquinho melhor. Neste momento ainda o que dá vida à cidade é a universidade, e os estudantes. Porque de resto está muito parado, e a cidade está muito dividida, a parte de baixo e a parte de cima, e o comércio tradicional aqui acabou por fechar todo com a abertura de uma grande superfície na parte baixa da cidade, e aqui em cima ainda precisava de melhorar muita coisa. Principalmente o comércio aberto, para dar vida à cidade, porque atrás do comercio as pessoas vinham e movimentavam-se na parte histórica da cidade, que está muito morta.

M – Se conseguissem atrair os jovens da universidade mais para a parte histórica da cidade e para o comércio local seria positivo...

D – Sim, sim. Eu acho que o comércio era a base de tudo, porque havendo comércio aqui em cima, as pessoas acabavam por vir. Mas não há nada e as pessoas acabam por fazer tudo na parte baixa, que é uma concorrência desleal, porque estão sempre abertos, e o comércio tradicional não está. E deviam arranjar estacionamento aqui em cima, para as pessoas se poderem deslocar com mais facilidade, e não terem a desculpa do estacionamento, e dar iniciativas para o comércio começar a abrir.

M – Acha que a câmara tem procurado fazer algum trabalho nesse sentido?

D – Nunca nenhuma câmara fez. A antiga câmara acabou por destruir tudo com a construção dos silos, a parte de cima da cidade esteve muito tempo fechada ao trânsito por causa das obras, e as pessoas desabituararam-se de vir para cima. Depois os silos abriram e é a pagar, e é caro, e as pessoas não estão para vir às compras e estar a pagar quando têm uma superfície que tem estacionamento gratuito. E depois aqui deixou de haver oferta, e as pessoas deixaram de vir. A anterior câmara acabou com o centro da cidade, e esta também não conseguiu resolver o problema.

M – Mesmo com esses problemas, acha que é um bom sitio para viver?

D – Então não é... Temos o ar puro da serra, que mais ninguém tem.

M – É muito melhor do que uma grande cidade...

D – Exatamente. Ao menos temos ar puro e não há poluição como há noutras cidades. Estamos um bocado limitados em certas coisas que eles têm e nós não, mas é uma cidade ótima para se viver.

M – As pessoas sentem-se bem aqui...

D – Sentem, sentem. A minha filha já teve oportunidade de sair da Covilhã e ir trabalhar para outra cidade e recusou, não quis sair daqui. Ainda chegamos com muita facilidade ao trabalho, a casa, não há trânsito, e isso é muita qualidade de vida, é muito tempo ganho. E em termos de custo de vida também é muito diferente.

Feliciano e Maria José

M – O que pensam da evolução da Covilhã nos últimos tempos?

F – Tem sido boa. Desde que apareceu a universidade. Isto era uma cidade morta, porque as fábricas tinham fechado quase todas, e deixou de haver movimento, mas desde que vieram para cá os estudantes isto trouxe muito movimento. Tanto nas pessoas de cá que começaram a alugar quartos, nos cafés, há mais rendimento, nos restaurantes, nas associações, começaram a trazer muito movimento e começaram a gastar mais dinheiro. E isto começou a ficar um bocadinho melhor

M – Já se nota que eles começam a ficar mais por cá, ou vêm para estudar mas depois voltam?

MJ – Há muita gente que já vem, e fica. Ou porque casaram, ou porque formaram empresas, conheço alguns que formaram já empresas, não quer dizer que sejam muitos, mas já dá alma à cidade.

M – E quais são os problemas mais visíveis, o que é que faz mais falta?

MJ – Eu acho que a Covilhã nesse aspeto não está muito mal, na saúde não nos podemos queixar, há determinadas especialidades que faltam mas não se pode dizer que haja os problemas que existem noutros meios.

F – A única coisa que se nota é o comércio. Fecharam muitas lojas devido à abertura das grandes superfícies.

MJ – É preciso ver que hoje a cidade não é assim tão grande e as grandes superfícies que aqui existem. O comércio tradicional foi-se abaixo, mas neste momento começa-se a ver gente jovem a abrir novamente os espaços antigos.

M – Sentem-se bem aqui, não pensam em mudar-se...

MJ – Não, não, não, não.

F – É uma cidade pacata, calma.

MJ – É uma cidade com paz, quantas vezes se deixam os carros abertos e não há nenhum problema.

M – Em termos culturais, acham que existem coisas suficientes para as pessoas se interessarem, em especial os jovens?

MJ – Vai havendo. Há um grupo de teatro, vão tendo peças novas, há cinema. Está adequado ao meio onde está inserido, a quantidade é suficiente. Podiam existir outras coisas, de vez em quando vem uma revista, e a parte estudantil acaba por estar muito ligada a isso, eles próprios têm um grupo de teatro na universidade e produzem filmes, porque há o curso de cinema. Dentro das possibilidades da cidade, está bom.

M – Em termos de turismo. É mais no inverno...

MJ – O turismo daqui é de inverno. No verão há muito pouca gente.

F – É forte o inverno por causa da neve, e há alturas que aos fins de semana tem muita gente.

MJ – Nós quando vamos à serra, está sempre tudo cheio.

M – Acham que se existisse mais dinamização, era possível trazer turistas durante todo o ano?

MJ – Eu acho que se a serra fosse mais dinamizada isso seria possível, embora eles neste momento já aluguem as casas tanto de inverno como de verão, já há muita gente que acaba por vir passar uma semana, em grupos até. Há os dois hotéis, e a pousada da juventude traz muita gente. Mas há coisas na serra que se fossem mais dinamizadas acabariam por trazer mais gente.

M – Um dos maiores problemas é chegar cá, as portagens são um entrave...

F – As portagens são muito caras.

MJ – Logo aí afasta um bocado as pessoas, quem vem de Lisboa por exemplo, com o dinheiro que paga de portagens podia pagar o combustível ou a dormida. Assim as pessoas também fogem um pouco. Se as portagens fossem abolidas eu acredito que haveria muito mais movimento. Era um incentivo para as pessoas virem, porque fica muito dispendioso.

M – Dada a proximidade a Espanha, nota-se que há muitos espanhóis a vir até aqui?

MJ – Aqui não se nota muito. Por exemplo na Guarda, há muito movimento de espanhóis, mas aqui nem tanto. Talvez porque também não esteja muito divulgado.

M – Acham que a autarquia tem feito um bom trabalho?

MJ – A anterior fez, mas deixou muita dívida. Estes têm estado a pagar as dívidas. Não pode fazer muito porque não há dinheiro.

M – O maior problema no centro da cidade agora é o estacionamento...

MJ – Sim. As pessoas fogem porque é tudo a pagar.

M – Não trocavam a Covilhã por nenhum outro sítio?

F – Nem pensar.

MJ – Estamos bem aqui.

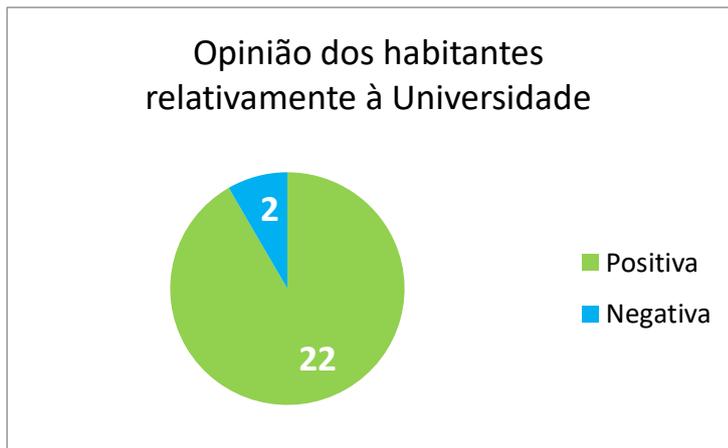
Anexo D – Inquérito aos habitantes da Covilhã

1- Qual é para si o maior ponto de referência na cidade da Covilhã atualmente?



2- (Caso a resposta à pergunta anterior tenha sido a Universidade)

Considera positiva ou negativa a presença da Universidade na Covilhã?



Anexo E – Entrevista ao Ajunto do Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

Engenheiro Hélio Fazendeiro

Adjunto do Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

M – Gostaria de destacar alguns pontos que considere mais importantes na evolução recente da Covilhã? Algo que considere que seja o que mais contribuiu para o desenvolvimento da cidade até ao momento, os pontos mais relevantes...

H – A Covilhã é desde há muitas centenas de anos, um território que teve uma importância do ponto de vista económico e social na região muito grande. Por vários motivos em cada fase da sua vida, daqui saíram ilustres navegadores, fizemos aliás a comemoração o ano passado, de um conjunto de personalidades históricas que foram muito impactantes na altura, no século XV, XVI sobretudo, XVII, e por aí fora ao nível dos descobrimentos. Descobriram um conjunto de instrumentos que permitiram por exemplo a circunavegação e a navegação por orientação das estrelas e portanto, o próprio Pêro da Covilhã com a informação que acabou por trazer da Índia, portanto tivemos aqui um conjunto de personalidades históricas muito impactantes no reino e na história de Portugal.

E a Covilhã adquire uma importância ainda maior sobretudo depois com Marquês de Pombal, com a construção da Real Fábrica de Panos, o que fez com que a Covilhã se destacasse como o principal polo dinamizador económico de toda a região e o principal foco de lanifícios e têxteis do país e até com grande relevância na Europa, comparável porventura apenas a Manchester. Esse período de desenvolvimento e de crescimento económico permitiu que a Covilhã se afirmasse e que se desenvolvesse, e que fosse de alguma forma a charneira de toda esta região e trouxe-nos até meados do século XX, onde se passou todo o processo desde a manufatura, à manufatura industrial, à industrialização, ao vapor, portanto todas as revoluções industriais, que nos trouxeram depois até um ponto onde havia efetivamente muitas fábricas, muitos empregados, muitos operários, e que acabou depois por várias questões, numa crise generalizada do setor têxtil e de lanifícios que fez com que grande parte destas fábricas fechassem e existissem situações de desemprego graves. E digamos que este é um marco histórico, com a emigração dos anos 50, 60, o encerramento das fábricas, marcou aqui de alguma forma a nossa cidade.

Hoje o têxtil continua a ser a principal fonte de desenvolvimento e de rendimento da Covilhã, continua a ser no setor têxtil e de lanifícios que existe maior número de empregados, maior número de empregos criados, maior riqueza produzida, maior receita fiscal, maior volume de exportação, portanto continua a ser um setor de atividade que, embora apenas tenhamos meia dúzia de fábricas, por comparação com as dezenas de fábricas que existiam antigamente e os milhares de postos de trabalho, mas o facto é que esta meia dúzia de fábricas que existem produzem muito mais tecido e com muito mais valor acrescentado, com muito mais

qualidade, do que na altura e ainda continua a ser um setor de atividade muito importante, o principal na cidade a nível de geração de receita económica. Nos anos 70 nós tivemos também de alguma forma, com origem no têxtil, é de alguma forma aquilo que dá origem ao Instituto Politécnico da Covilhã na altura, é a necessidade que havia da qualificação técnica de recursos humanos para o setor têxtil, daí também ser uma das áreas do saber fundadoras do Instituto Politécnico, posterior Instituto Universitário e depois Universidade da Beira Interior, é precisamente o setor têxtil, a engenharia têxtil e todos os conhecimentos e saberes à volta disso.

Essa criação desse instituto que depois se veio a transformar na Universidade da Beira Interior, transformou de alguma forma aquilo que era uma cidade industrial também numa cidade universitária, que é hoje. Hoje a Covilhã é para além de uma cidade industrial ao nível dos têxteis, uma cidade universitária, nós temos todos os anos cerca de 7000 alunos dos vários graus de ensino na nossa cidade, cerca de 80% deles são exteriores, isto é, vivem a mais de 50km daqui, portanto são de outras zonas do país e passam grande parte da sua vida no ano a fazer a sua formação académica na Covilhã e portanto são Covilhanenses nesse período. Portanto hoje a cidade é uma cidade universitária e tem conseguido de alguma forma, ao longo sobretudo da última década, tentar acompanhar aquilo que são os desenvolvimentos tecnológicos e a nova economia com as novas empresas da nova economia, da área da informática, das novas tecnologias e afins. Eu diria que a Covilhã está neste momento uma cidade que casa aquilo que é a economia tradicional, nomeadamente ao nível do setor têxtil e dos lanifícios onde continua a ter uma grande preponderância, onde continua a ter uma grande preponderância a nível económico por exemplo a nível de exportações sobretudo do setor mineiro, a mina da Panasqueira continua a ser ainda também uma fonte de exportação e de riqueza para o nosso concelho e também com um número de postos de trabalho relevante, andará neste momento com cerca de 300 postos de trabalho, e depois temos as novas tecnologias, a vinda do *Data Center* da PT veio ajudar de alguma forma a consolidar esse setor, mas temos hoje muitas empresas que estão sediadas na Parkurbis e alguns edifícios aqui no centro da cidade que trabalham na área das novas tecnologias da informação e dos serviços de proximidade, e já constituem um foco de empregabilidade muito relevante.

Recentemente temos do meu ponto de vista, corretamente, procurado também apostar e diversificar um pouco mais esta área de abrangência económica, aproveitando aquilo que é o potencial agrícola e agroindustrial da região, porventura pelo facto de sermos uma cidade marcadamente industrial durante muitas décadas, o potencial agrícola e agroindustrial da nossa região foi descurado, nestes últimos 3-4 anos, com o mandato deste executivo tem existido já uma aposta mais séria e objetiva na valorização também do setor primário, isto é, da agricultura e depois o valor acrescentado com a agroindústria. Nós temos sediado neste momento na Covilhã o maior cerejal do país, que é no Ferro, temos no concelho da Covilhã uma parte muito significativa de todo o pêssego que é produzido a nível nacional, não tenho exatamente os números mas sei que a Cova da Beira, que abrange mais do que a Covilhã, produz cerca de 60% do pêssego a nível nacional e portanto grande parte dessa produção é feita no território da Covilhã, e não só temos quantidade como temos qualidade. Depois temos já associado aí um conjunto de outras indústrias, a Frulact é um exemplo, a cooperativa de

fruticultores da Cova da Beira que neste momento se transformou numa organização de produtores da Cova da Beira que já envolve, creio que mais de uma centena de produtores e que tem permitido não só qualificar o produto como aumentar e crescer na cadeia de valor, melhorando o rendimento que daí advém, e no fundo a Covilhã tem feito um pouco este percurso, nós neste momento estamos a capacitar, o objetivo deste executivo tem sido não só, alargar e diversificar a capacidade económica do nosso concelho, com este tipo de oportunidades, incrementando a parte dos têxteis e lanifícios, apoiando aquilo que são as novas tecnologias e a nova economia, mas abrir também aqui uma outra área setorial da economia que é a agricultura e a agroindústria e portanto criar aqui condições para que estas três áreas setoriais que são fundamentais, se desenvolvam, associado com aquilo que é o turismo e aquilo que é uma marca de sustentabilidade do concelho. Nós queremos construir um concelho que cresça, respeitando o meio ambiente e sendo sustentável e autossuficiente, tendo capacidade para gerar riquezas, gerar empregos e com isso proporcionar no fundo, desenvolvimento e bem-estar à nossa população.

M – Já falou um pouco sobre a agricultura, a indústria, o turismo, existe algum projeto que a câmara tenha apoiado que gostasse de destacar?

H – Há vários, por exemplo, foi com esta câmara que por exemplo aderimos àquilo que é a rede das aldeias de montanha, que é um projeto de desenvolvimento territorial, integrado, com os vários concelhos aqui à volta, muito naquilo que é a senda das aldeias históricas, ou as aldeias de xisto, das quais nós fazemos parte, que estavam um pouco esquecidas. Aderimos portanto também à rede das aldeias de montanha que nos vai permitir ter aqui um conjunto de aldeias, e com esse programa, de alguma forma qualificar produto turístico para algumas aldeias do nosso concelho.

Porque efetivamente estas freguesias e grande parte destes territórios do nosso concelho, não é viável chegar com uma indústria que precisa de umas dezenas de postos de trabalho e instala-la porque não existem, portanto aquilo que é necessário fazer é potenciar aquilo que é são os produtos locais, os saberes, as tradições, o conhecimento, aquilo que as pessoas já fazem diariamente, e qualificar esse produto e coloca-lo ao serviço do mundo e da população, e portanto nós estamos a fazer um trabalho de desenvolvimento integrado do território, das várias freguesias, procurando fixar pessoas, procurando criar fontes de rendimento e formas de rendimento para que essas pessoas permaneçam nas suas freguesias, nos seus territórios, e de alguma forma possam retirar um rendimento que lhes permita continuar a subsistir e a viver no nosso território.

Temos feito um trabalho muito relevante ao nível da parte da regeneração urbana. Já hoje se destaca com grande facilidade, quem conhecia a Covilhã em 2013 e quem conhece hoje a Covilhã, por exemplo quem vem ao centro histórico percebe claramente a diferença. Era um centro histórico morto, estava em abandono, em degradação constante, num abandono permanente em que a cada dia que passava havia menos gente, mais lojas a fechar, menos gente a morar, e houve de facto neste executivo uma aposta clara em procurar inverter essa tendência, procurando apostar não só a nível da animação, ao nível de organizações que dinamizem este território, mas apoios concretos à reconstrução e à reutilização, à reabilitação

urbana deste espaço. Candidatamo-nos ao PEDU, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, temos procurado fazer um conjunto de atividades de animação, como a Cherovia e outros festivais que trazem gente para o centro histórico. Temos procurado concentrar no centro histórico os serviços municipais, para que as pessoas possam vir ao centro histórico utilizar os serviços municipais e de alguma forma se mobilizem para tudo o resto, para o comércio, para as habitações, para a regeneração urbana deste território, deste espaço, e acho que é uma marca indelével, hoje andarmos no centro histórico, percebermos que temos lojas a abrir, lojas já de uma nova economia, já de uma nova tipologia e que têm tido felizmente algum sucesso, e que se mantêm, e essa é outra marca muito impactante destes quatro anos de mandato.

M – Pensa que a câmara da Covilhã tem capacidade não só para toda esta dinamização da cidade, mas também dos territórios adjacentes?

H – Sim. A Covilhã tem servido, como qualquer meio urbano, acaba por ser a charneira do desenvolvimento dos territórios, não só do seu mas dos territórios limítrofes. Basta pensarmos por exemplo, e mal comparando, mas como exemplo para perceber a importância e a charneira do desenvolvimento urbano, nós olhamos para Lisboa que é a capital do país e olhamos para os concelhos limítrofes e vemos à 30, 40, 50 anos aquilo que eram e aquilo que são hoje, e portanto aquilo que o desenvolvimento de uma cidade implica e impacta nos territórios à volta.

Eu creio que a Covilhã será mais ou menos idêntica, é óbvio que aquilo que é bom para a Covilhã certamente é bom para as aldeias à volta da Covilhã, mas também para os concelhos à volta da Covilhã, e vice-versa. Aquilo que será bom para o Fundão, garantidamente também é bom para os territórios e para a população da Covilhã, e o mesmo se passa para Belmonte e para Penamacor, e portanto aquilo que ajude a desenvolver estes territórios acaba por ser impactante do ponto de vista regional e da sua capilaridade na cobertura do território, porque obviamente uma empresa que abre na Covilhã e que precisa de grande quantidade de mão-de-obra, certamente que irá absorver mão-de-obra que vem de outros concelhos vizinhos e como acontece ao contrário, uma empresa que abre no Fundão certamente irá ter colaboradores que porventura moram na Covilhã e desenvolvem a sua vida pessoal na Covilhã e noutros territórios, e portanto é desta complementaridade que se faz o desenvolvimento regional e daí eu achar que é muito importante para nós, enquanto região, pensarmos a região como um todo, não necessariamente na sua capelinha do concelho. A visão estratégica de desenvolvimento regional não pode nem deve terminar nas fronteiras do concelho de cada um de nós ou na freguesia de cada um de nós, ou da aldeia. A perspetiva de desenvolvimento de uma aldeia não deve terminar nas fronteiras da sua aldeia, deve perceber que tem que ir mais além e ser mais alargada e mais abrangente no território.

M – Existe uma certa complementaridade entre as maiores cidades da região. Covilhã, Castelo Branco, Guarda, Fundão... Pensa que é positiva esta divisão, ao invés de ter tudo concentrado num único ponto, de modo a dinamizar a região?

H – Sim, eu pessoalmente acho. Não é uma posição oficial do município, embora eu pense que seja também a opinião do senhor presidente, mas eu pessoalmente acho, é obvio que eu prefiro, um exemplo concreto, um exame de saúde que eu precise de fazer e não tenha na Covilhã no hospital, eu prefiro ir a Castelo Branco do que ter que ir a Coimbra ou a Lisboa. É obvio que eu acho que tem que haver uma distribuição, e aliás os recursos públicos são finitos, e são de todos nós, não achemos que o dinheiro que é gasto das câmaras ou que é gasto pelo Estado central, que é uma entidade abstrata que cai do céu, é dinheiro de todos nós, de cada um de nós, e é óbvio que eu acho que nós não temos recursos por exemplo para ter uma piscina olímpica em cada freguesia, nem um pavilhão desportivo em cada freguesia, o que é importante é que na área do nosso território, e não tem que ser necessariamente na nossa freguesia ou no nosso concelho, nós devemos proporcionar às nossas populações a mesma qualidade de vida, o mesmo tipo de equipamentos, as mesmas oportunidades, que se encontram nos grandes meios.

E eu não me importo de ter uma piscina olímpica na Covilhã e ter um pavilhão desportivo no Fundão. Prefiro isso do que não ter nada, porque não há recursos para ter dois equipamentos idênticos nos dois concelhos, e pior, não há pessoas para os utilizar, não há racionalidade. Não me faz confusão nenhuma essa complementaridade de serviços dentro destes territórios, e aquilo que eu acho que é fundamental, e é isso que é de alguma forma para mim a pedra angular do desenvolvimento regional é isso, são estas populações, estes territórios, os agentes políticos destes territórios perceberem a necessidade dessa complementaridade. Eu não posso estar contra o facto de o hospital de Castelo Branco ter mais uma valência, tenho que estar a favor, porque isso é bom para mim. Agora, eu não posso é com isso esvaziar aquilo que são os serviços no hospital da Covilhã, e portanto querer concentrar tudo num só sitio, e vice-versa. É esta complementaridade que eu acho que será o segredo do desenvolvimento da nossa região.

M – Logicamente os recursos são muito limitados, mas se existisse a oportunidade, qual seria a lacuna mais urgente de colmatar neste território?

H – Na Covilhã, em termos regionais, nós já estamos razoavelmente servidos em termos de infraestruturas de comunicação. É preciso fechar a questão da ferrovia, que está a ser encerrada, portanto já está em andamento, do ponto de vista da rodovia, das grandes vias estruturantes, há do meu ponto de vista aqui na região uma coisa que falta, que é a questão da ligação a Coimbra, a ligação a Coimbra continua a ser muito necessária, para fazer aqui 100km demoramos duas horas, é uma coisa que nos dias de hoje já não se justifica, e há necessidade de facto dessa infraestrutura. Mas depois temos a A25 e a A23 que são infraestruturas rodoviárias de grande qualidade e que nos servem muito bem, mas têm um problema, que é o custo. Nós continuamos a ter a autoestrada mais cara da Europa, continua a ser a A23 e a A25, e portanto isso continua a ser um custo de desenvolvimento muito, muito relevante.

Há uma necessidade em termos de mobilidade que eu identifico e que para mim nessa área é absolutamente critica, cada vez mais, que é a mobilidade interconcelhia e intraconcelhia, isto é, a mobilidade entre os vários concelhos, e dentro dos próprios concelhos, e dentro das suas

freguesias. Temos freguesias na Covilhã em que para fazer 40km demoramos 1h30, e portanto é necessário melhorar as acessibilidades dentro dos próprios concelhos e entre concelhos, isto em termos de mobilidade.

Eu acho que em termos de desenvolvimento, é preciso criar qualificações de produto para que permitam o desenvolvimento destes territórios. Podemos ter a melhor saúde, a melhor educação, a melhor cultura, se não tivermos um espaço e condições para que as pessoas se realizem profissionalmente e tenham o seu rendimento, não conseguimos cá fixar ninguém. E portanto o grande desafio que nós temos é criar condições de empregabilidade, e as condições de empregabilidade do meu ponto de vista criam-se de duas formas, uma, atraindo investimento, e portanto o Estado central tem aqui um papel fundamental, porque há investimentos que são projetos de interesse nacional, e é preciso que o governo da república perceba que estes territórios precisam desses investimentos, e que muitas vezes esses investimentos são motores de desenvolvimento local, também o investimento público, os empregos podem ser criados por entidades privadas ou públicas, não há nenhum motivo para que hoje os organismos centrais do estado estejam todos concentrados em Lisboa, não há nenhuma razão objetiva para que hoje com as novas tecnologias não estejam noutros territórios, e isso traria desenvolvimento para cá, e portanto esse tipo de empregabilidade é muito importante, mas também as condições para que as pessoas criem o seu próprio emprego, e valorizem o património que têm. A senhora que sempre fez queijos, hoje é preciso qualificar a meia dúzia de queijos que ela fez e que lhe chega para subsistir ao longo do ano, hoje não cumprem as regras, e é preciso qualificar e ajudar essa pessoa a qualificar o seu produto para que cumpra as regras de mercado e para que possa continuar no mercado e possa continuar a ter rendimento. Muitas vezes essas pequenas intervenções de emprego local têm mais impacto do que grandes investimentos, e é uma complementaridade entre estas duas coisas que faz o nosso desenvolvimento.

M – A Universidade atrai um grande número de jovens para o concelho. Considera que estão reunidas as condições, não apenas em termos de emprego, para que esses mesmo jovens optem por ficar?

H – Esse é o grande desafio. Eu sou particularmente crítico daquilo que tem sido o relacionamento ao longo dos anos entre a Universidade e o Município, efetivamente durante muitos anos a cidade esteve de costas voltadas para a Universidade, ou vice-versa, não interessa agora de quem é a culpa, porventura será dos dois. Mas o facto é que a Covilhã até hoje não tem aproveitado suficientemente aquilo que é este potencial que existe na universidade. Eu acho que neste momento, por várias razões, estão criadas essas condições. Por um lado, temos um relacionamento institucional muito mais desanuviado do que aquele que havia no passado, a câmara da Covilhã vê hoje a universidade como uma oportunidade e como um parceiro estratégico de desenvolvimento, e não como uma ameaça à sua popularidade ou como uma ameaça ao protagonismo que eventualmente seja necessário ter em termos institucionais. A universidade por outro lado, creio que também já identifica hoje na câmara da Covilhã essa disponibilidade e essa abertura e também já está mais permeável a cooperação, a projetos de cooperação com a nossa população. Em termos da câmara municipal, o que lhe posso dizer é que nós estamos de facto com um conjunto de projetos

estruturais, muito focados na universidade, e muito virados para a promoção da participação cívica dos académicos e da comunidade académica, por exemplo, nós estamos hoje com um projeto de mobilidade elétrica no centro da cidade que é claramente a pensar nos estudantes, e a pensar na comunidade académica. Vai ser um projeto de mobilidade elétrica de *bike sharing*, de bicicletas elétricas partilhadas, onde vamos na prática interligar aquilo que são os principais polos cívicos e sociais da nossa cidade, onde se inclui naturalmente a universidade, e pela tipologia de equipamentos, é muito natural que sejam os próprios alunos e a própria comunidade académica, os principais utilizadores disto. Nós estamos a desenvolver neste momento três projetos âncora no centro da cidade, que são claramente focados ou direcionados para a participação académica.

Nós estamos a desenvolver o centro de inovação cultural, o centro de inovação social, e o centro de inovação empresarial, vão ser três edifícios que vão dar resposta em três áreas muito importantes, a cultura, a ação social e as empresas e empreendedorismo, que estão sediadas no centro da cidade e cujo objetivo não é prestarem serviços nessa área, mas é sobretudo darem oportunidades para a produção de conteúdos, de conhecimentos, de saberes, de empresas, de novas oportunidades. Não queremos que o centro de inovação cultural seja apenas uma sala de espetáculos onde vamos ver um concerto, queremos que seja um centro de produção, em que um aluno da UBI que queira pintar, venha encontrar ali um atelier para pintar, ou que queira fazer escultura, ou que queira produzir cultura, vá encontrar neste centro um espaço para produzir cultura. E o mesmo acontece com o social, algum aluno ou algum académico da UBI que queira produzir conteúdos a nível social, novas empresas, novas ideias, novas metodologias, novas abordagens aos problemas, vão encontrar ali um espaço para isso, e o mesmo acontece com a parte das empresas. Eu creio que estão criadas as condições, aliás nos temos visto, se analisarmos este mandato, por exemplo eu diria que não há praticamente uma semana em que não exista uma atividade na UBI que tenha a parceria com a câmara, seja promovida por alunos, grupos informais de alunos, núcleos de estudantes, pelos próprios departamentos da universidade, pela própria reitoria, temos hoje uma interligação muito forte com a comunidade académica e queremos intensificá-la, o que é fundamental.